



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP

GÉRCIA NÓBREGA DA COSTA LACERDA

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DOS
MESTRADOS PROFISSIONAIS À GESTÃO PÚBLICA**

BRASÍLIA – DF

2019

GÉRCIA NÓBREGA DA COSTA LACERDA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DOS MESTRADOS
PROFISSIONAIS À GESTÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Área de concentração: Gestão Pública e Territórios. Linha de pesquisa: Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Gomes Maia Pires.

BRASÍLIA – DF

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L131q Lacerda, Gércia Nóbrega da Costa
Qualificação profissional dos servidores técnico
administrativos na Universidade de Brasília: contribuições
dos mestrados profissionais à gestão pública / Gércia Nóbrega
da Costa Lacerda; orientador Maria Raquel Gomes Maia
Pires. -- Brasília, 2019.
89 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão
Pública) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Qualificação. 2. Mestrado Profissional. 3. UnB. 4.
Contribuição. 5. Gestão Pública. I. Pires, Maria Raquel
Gomes Maia , orient. II. Título.

GÉRCIA NÓBREGA DA COSTA LACERDA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DOS MESTRADOS
PROFISSIONAIS À GESTÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 12 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Raquel Gomes Maia Pires – Presidente da Banca
Universidade de Brasília

Professora Doutora Leila Bernarda Donato Gottens – Membro Externo ao Programa
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS

Professora Doutora Aline Oliveira Silveira – Membro Externo ao Programa
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força e condições físicas e psicológicas.

À Universidade de Brasília, pela oportunidade.

À minha família, pela compreensão das ausências.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Gomes Maia Pires, pelos ensinamentos, apoio e paciência.

À banca, Prof.^{as} Dr.^{as} Aline Silveira, Denise Bomtempo e Leila Gottens, pelas contribuições.

Aos colegas de trabalho do IH, por entenderem meu distanciamento.

Às colegas Renata Filgueira e Simone Farias, pelo companheirismo.

Aos meus colegas de mestrado, pela rápida e intensa jornada.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, pelas informações e ajuda quando solicitadas.

Ao Prof. Dr. Mário Diniz, pelo apoio, e a José Adelaide da Costa, “Ti Zeca”, irmão mais velho, que partiram durante essa caminhada.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização da pesquisa, agradeço e dedico esse trabalho.

LACERDA, Gércia. **Qualificação profissional dos servidores técnico-administrativos na Universidade de Brasília**: contribuições dos mestrados profissionais à gestão pública. 2019. 89 folhas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RESUMO

Em reflexo às crises capitalistas, o Brasil implementou reformas administrativas para gerir a máquina pública, e para isso são necessários servidores qualificados. A profissionalização no setor público é desenvolvida pautada em normativos legais que regulamentam a qualificação profissional por meio de ações de capacitação. Entre as ações de qualificação profissional desenvolvidas junto aos seus servidores técnico-administrativos, a Universidade de Brasília oferta pós-graduação *stricto sensu*. Dessa forma, objetivou-se realizar um diagnóstico situacional em relação às contribuições para a gestão pública das dissertações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* profissionais ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores técnico-administrativos. A estratégia de investigação empregada foi o estudo de caso, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental. A análise de dados utilizou os princípios da análise de conteúdo baseados em Bardin. O cenário da pesquisa foi a Universidade de Brasília. Os sujeitos da pesquisa foram os servidores técnicos egressos dos mestrados profissionais, representados pelas dissertações produzidas por eles como produto final das pós-graduações. O *corpus* investigativo da pesquisa é composto por setenta e nove dissertações. O período correspondeu aos anos de 2011 a 2018. Para a otimização da análise dos dados, foi utilizado o *software* Iramuteq. A categorização dos resultados foi *a posteriori* por ter sido criada após a análise dos dados. Em sua maioria, pode-se observar nas pesquisas a preocupação com as temáticas particulares da UnB e do ambiente universitário, pretendendo-se muitas vezes mensurar eficiência e impacto, o que evidencia a busca por soluções de problemas – que é uma característica marcante em mestrados profissionais. Porém, os estudos não se restringiram apenas à UnB e ao ambiente universitário, abordaram também aspectos gerais – sejam educacionais, políticos, sociais, econômicos, ambientais ou outros – que se propuseram a analisar questões a nível nacional. Conclui-se que todas as produções dissertativas analisadas colaboraram para a gestão pública, pois os assuntos demonstraram as adversidades investigadas e geraram contribuição à evidenciação e problematização das temáticas existentes em torno da gestão pública. Ademais, algumas se destacaram por apresentarem aspectos de relevância social, abordando questões relativas a desigualdades sociais e ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Qualificação. Mestrado Profissional. UnB. Contribuição. Gestão Pública.

LACERDA, Gércia. **Qualificação profissional dos servidores técnico-administrativos na Universidade de Brasília**: contribuições dos mestrados profissionais à gestão pública. 2019. 89 folhas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ABSTRACT

Reflecting the capitalist crises, Brazil implemented administrative reforms to manage the public machine, which requires qualified servers. Professionalization in the public sector is developed based on legal regulations that regulate professional qualification through training actions. Among the professional qualification actions developed with its technical and administrative staff, the University of Brasília offers *stricto sensu* postgraduate studies. Thus, the objective was to carry out a situational diagnosis in relation to the contributions to the public management of the dissertations of *stricto sensu* postgraduate courses offered by the University of Brasília to its technical and administrative staff. The research strategy employed was a qualitative, exploratory and descriptive case study. Data collection was performed through document research. Data analysis used the principles of Bardin-based content analysis. The research scenario was the University of Brasília. The research subjects were the technical servants who graduated professional masters programs, represented by the dissertations produced by them as a final product of the postgraduate studies. The research investigative *corpus* is composed of seventy-nine dissertations. The period corresponded to the years 2011 to 2018. For the optimization of data analysis, the Iramuteq software was used. The categorization of the results was *a posteriori* because categories were created after data analysis. Most of the research shows the concern with the particular themes of UnB and the university environment, often seeking to measure efficiency and impact, which highlights the search for problem solving – which is a hallmark feature in professional master's degrees. However, the studies were not restricted to UnB and the university environment, but also addressed general aspects – whether educational, political, social, economic, environmental or others – that proposed to analyze issues at national level. It is concluded that all dissertation productions analyzed contributed to public management because the subjects demonstrated the investigated adversities and generated contribution to the disclosure and problematization of existing themes around public management. In addition, some stood out for presenting aspects of social relevance, addressing issues related to social inequalities and expansion of citizenship.

Keywords: Qualification. Professional Master's Degree. UnB. Contribution. Public Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dendrograma	65
Figura 2: Nuvem de palavras.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do marco legal, com as respectivas finalidades e ações relacionadas à qualificação no setor público brasileiro, no período de 1938 a 2019. Brasília, 2019.....	26
Quadro 2: Síntese do marco legal, com as respectivas finalidades e ações relacionadas à pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil, no período de 1951 a 2019. Brasília, 2019.....	44
Quadro 3: Mestrados profissionais UnB com turmas exclusivas aos servidores técnico-administrativos, no período de 2011 a 2018. Brasília-DF, 2019.....	51
Quadro 4: Descrição das etapas da análise de conteúdo com os respectivos procedimentos realizados no <i>corpus</i> investigativo. Brasília, 2019.	56
Quadro 5: Comparação das classes de palavras extraídas pelo <i>software</i> com as categorias extraídas do material analisado. Brasília, 2019.	65
Quadro 6: Descrição sumária das dissertações que se destacaram pelas contribuições à gestão pública e relevância social dos seus resultados, MPEco e PPGP/UnB, 2011 a 2018. Brasília, 2019.....	70

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Consolidação do quantitativo de turmas e das dissertações produzidas pelos egressos técnico-administrativos da UnB, nos mestrados profissionais ofertados pela instituição, 2011 a 2018. Brasília, 2019. 54
- Tabela 2: Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnicos egressos dos mestrados profissionais da UnB, segundo programa investigado, categorias e grupos temáticos extraídos, 2011 a 2018. Brasília, 2019..... 58
- Tabela 3: Dissertações dos servidores técnico-administrativos defendidas nos programas de pós-graduação em economia e gestão pública, da UnB, com maior destaque nas questões de relevância social e contribuição à gestão pública, 2011 a 2018. Brasília, 2019. 67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	–	Conselho Federal de Educação
CF	–	Constituição Federal
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C, T & I	–	Ciência, Tecnologia e Inovação
DASP	–	Departamento Administrativo do Serviço Público
Dcade	–	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DGP	–	Decanato de Gestão de Pessoas
DPG	–	Decanato de Pós-Graduação
Ebserh	–	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
E-GOV	–	Governo Eletrônico
ENAP	–	Escola Nacional de Administração Pública
FINEP	–	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HUB	–	Hospital Universitário de Brasília
HUF	–	Hospital Universitário Federal
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	–	Instituto Federal
IFE	–	Instituição Federal de Ensino
Inep	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LERASS	–	<i>Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales</i>
MARE	–	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	–	Ministério da Educação
MPEco	–	Mestrado Profissional em Economia
MPG	–	Ministério do Planejamento e Gestão
MPOG	–	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC	–	Plano Anual de Capacitação
PCCTAE	–	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDRE	–	Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado
PPGEMP	–	Mestrado Profissional em Educação
PGSS	–	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>
PIB	–	Produto Interno Bruto

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGP – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
Procap – Coordenadoria de Capacitação
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH – Recursos Humanos
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Formulação do problema de pesquisa e justificativa	17
1.2	Objetivos	17
<i>1.2.1</i>	<i>Objetivo geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>17</i>
1.3	Organização da dissertação.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	Capítulo 1: Marco teórico-legal da qualificação profissional no setor público brasileiro	19
2.2	Capítulo 2: Reconfiguração do capitalismo mundial: impactos sobre a formação dos agentes públicos	27
<i>2.2.1</i>	<i>O contexto brasileiro: repercussões do capitalismo mundial em países periféricos</i>	<i>30</i>
2.3	Capítulo 3: Formação <i>stricto sensu</i> no Brasil: contexto e cenário da UnB.....	32
<i>2.3.1</i>	<i>Qualificação profissional no âmbito da Universidade de Brasília.....</i>	<i>44</i>
3	MÉTODO	49
3.1	Delineamento do estudo.....	50
<i>3.1.1</i>	<i>Etapa 1 – Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnico-administrativos egressos dos mestrados profissionais da UnB... </i>	<i>54</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Etapa 2 – Análise dos objetivos de relevância social e contribuições à gestão pública das dissertações analisadas</i>	<i>57</i>
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
4.1	Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnico-administrativos egressos dos mestrados profissionais da UnB.....	58
<i>4.1.1</i>	<i>Gestão universitária, hospitalar e servidor público.....</i>	<i>59</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Especificidades relativas à educação</i>	<i>62</i>
<i>4.1.3</i>	<i>Política econômica, orçamentária, fiscal, de transferência de renda, ambiental e CF/88</i>	<i>63</i>
<i>4.1.4</i>	<i>Confirmações e cruzamentos das categorias extraídas do material com os resultados do software Iramuteq.....</i>	<i>64</i>
4.2	Objetivos de relevância social e contribuições à gestão pública das dissertações analisadas: exemplaridades	67

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 80 do século XX, a pressão internacional, oriunda principalmente da Europa e dos Estados Unidos, por mudanças nos processos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos recaiu sobre os países em desenvolvimento como o Brasil. Reflexo das crises capitalistas, da globalização e do neoliberalismo, essas influências internacionais pela atualização das políticas empregadas refletiram tanto na iniciativa privada quanto no setor público. Este teve de atender ao chamado para as modificações na sua forma de gerir a máquina pública. No período mencionado, o Brasil vivenciava a reforma burocrática, todavia, esse modelo administrativo já não atendia mais às necessidades e demandas do Estado. Em meados dos anos 1990, uma nova reforma administrativa foi implementada: a reforma gerencial (ARAÚJO, N., 2013; BEHRING; BOSCHETTI, 2009; LACERDA, 2013; MAGALHÃES *et al.*, 2010; SANTOS, R., 2015).

Um dos objetivos da reforma gerencial foi a profissionalização dos recursos humanos (RH) do setor público. Ocorreram transformações no papel de RH a partir da constatação, pela administração pública, da necessidade de aprimorar a qualificação dos servidores públicos. Essa profissionalização foi desenvolvida pautada em normativos legais que regulamentaram a capacitação por meio de ações de aperfeiçoamento e qualificação (LACERDA, 2013; MAGALHÃES *et al.*, 2010).

O setor público é complexo pois envolve diversos cargos e profissões, vários órgãos do executivo, legislativo e judiciário, além das esferas municipal, estadual e federal. A qualificação do corpo funcional de toda essa estrutura torna-se dinâmica devido à correlação de forças entre os interesses públicos e privados, inerente à concepção de Estado, do qual cada agente público participa (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Uma vez que os servidores públicos são os agentes responsáveis pela materialização da ação do Estado perante os usuários de seus serviços, a capacitação desse estrato institucional torna-se de extrema importância para qualificar essas ações. O cidadão, usuário dos serviços públicos, é atendido pelos servidores, e esse atendimento reflete a imagem do órgão e do setor público. Para se obter bons resultados, portanto, convém desenvolver concepções profissionais entre as pessoas que nele atuam (PASE *et al.*, 2017; STILLMAN II, 2017).

O investimento em qualificação para os servidores públicos justifica-se pela necessidade não só de atualizar e ampliar conhecimentos, instrumentos e técnicas, mas também de desenvolver as noções de cidadania desses agentes. Destaque-se que essas ações

não se destinam à competitividade que há no mercado, mas a cidadãos que buscam e precisam de serviços públicos em seu dia a dia com dignidade social (DIAS; GUIMARÃES, 2016; PASE *et al.*, 2017).

Para Lacerda (2013), a política é fortalecida quando

[Se] estimula o servidor a adotar postura proativa, autorreflexiva, gerando prestação de serviços públicos com mais qualidade, impactando diretamente na sociedade [...] o serviço público existe para atender ao interesse social e é nos serviços prestados à sociedade que o Estado alcança sua legitimidade, as ações de capacitação ganham, também, relevância social e política (LACERDA, 2013, p. 18-19).

Com as argumentações apresentadas, pode-se constatar a relevância da qualificação profissional para o setor público e, com isso, cumprir a finalidade do bem público acima dos interesses mercantis. Dessa forma, traz-se o foco dessa discussão para as universidades públicas – ambiente aberto e propício a ser investigado (ARAÚJO, N., 2013).

As universidades públicas carregam uma importante incumbência sobre seus “ombros” por serem locais de geração do saber e do desenvolvimento do conhecimento científico. Suas atividades refletem sobre toda a sociedade. Isso porque seus atos e suas ações possuem influência sobre a formação pessoal e profissional de nível superior de muitos jovens, pesquisadores e cientistas e, como tal, sua responsabilidade nesse desenvolvimento do conhecimento ganha relevância social, política e econômica (ARAÚJO, N., 2013).

A Universidade de Brasília (UnB) apropria-se de sua complexidade organizacional e estratégias para formar e desenvolver profissionalmente seu quadro de servidores técnico-administrativos (TAE), para que estes possam acompanhar a sua distinção enquanto universidade pública. Ela é local onde o conhecimento é gerado e difundido, e suas ações voltam-se diretamente para a sociedade (ARAÚJO, N., 2013).

A promoção, por parte da UnB, dos mestrados profissionais para qualificação do seu quadro de servidores TAE representa o atendimento à legislação de capacitação, qualificação profissional e desenvolvimento das pessoas. Porém, isso agrega valor de difícil mensuração sobre o retorno ao servidor, à instituição, à esfera pública e à sociedade de forma geral. Há a possibilidade de se alterar e aumentar a capacidade crítica na forma de executar e resolver questões do dia a dia, minimizar as dificuldades relativas às rotinas de trabalho e aos processos desempenhados, bem como expandir a visão e o entendimento do mundo ao seu redor, gerando consciência política e capacidade de autorreflexão sobre seu papel na sociedade (SILVA, 2017).

Essa ampliação da capacidade crítica e consciência política pode trazer resultados positivos à instituição e, conseqüentemente, ao Estado e à sociedade, pois esses entes poderão

contar com a contribuição de um agente público mais qualificado e mais preparado para os constantes desafios que se apresentam (ADORNO, 1995).

À luz da Teoria Crítica, especificamente em relação à educação organizacional, trazem-se reflexões de Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno a respeito dos processos de *Bildung* (formação) e *Halbbildung* (semiformação). A semiformação é um processo que envolve o reducionismo da formação à instrumentalização do conhecimento (crítica aos processos educacionais contemporâneos) e à sobreposição da esfera privada sobre a pública (envolve o afastamento dos indivíduos dos temas sociais e humanos) (ADORNO, 1995).

A *Bildung* representa uma formação que transcende a técnica, pois, por meio do desenvolvimento da capacidade crítica e autorreflexiva, gera-se uma autonomia do raciocínio do indivíduo. Para se alcançar essa autonomia, é necessário realizar algumas atitudes em relação aos fatos que surgem na vida. A primeira é a capacidade de se adaptar aos eventos que se apresentam. A segunda é resistir a essa adaptação para não cair nas “garras” das atividades manipuladoras em massa presentes no ambiente social e que mitigam a capacidade de se impor a essas mesmas práticas dominantes, logo, inibindo a capacidade emancipadora do pensamento (ADORNO, 1995).

Já a *Halbbildung* corresponde à instrumentalização do conhecimento, ou seja, a uma formação incompleta (ou semiformação). Ela não alcança o despertar da capacidade crítica e autorreflexiva do indivíduo. Aqui a adaptação aos eventos que se apresentam não é contida pela resistência. A pessoa se adapta apenas ao nível do conformismo e da reprodução do comportamento, não conseguindo resistir às influências externas e, portanto, impor-se, por meio da capacidade crítica e autorreflexiva, à manipulação gerada pelo ambiente social (ADORNO, 1995).

Nota-se, entre alguns estudiosos (LACERDA, 2013; ASSIS; PAULA, 2014; DIAS; GUIMARÃES, 2016; PASE *et al.*, 2017), a indicação em relação à ampliação dos processos formativos para além dos aspectos técnicos, atingindo concepções sociais e de cidadania. As práticas administrativas ainda são baseadas na administração gerencial. A “lógica gerencialista” apresenta fortes características de instrumentalização do conhecimento, o que conduz à modelagem do comportamento das pessoas, porém já se vislumbra uma evolução em direção à democracia e ao interesse público. Evidencia-se, assim, uma necessidade de melhoria contínua das atividades profissionalizantes ofertadas pela esfera pública (ASSIS; PAULA, 2014).

1.1 Formulação do problema de pesquisa e justificativa

Com base nos aspectos abordados, apresenta-se como problema motivador desta pesquisa: Quais as contribuições para a gestão pública das dissertações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (PGSS) profissionais ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores técnico-administrativos?

A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho considerou o fato de não haver, no *corpus*¹ investigativo selecionado para este estudo, análise sobre as temáticas abordadas e sua contribuição para a gestão pública. O estudo torna-se relevante também uma vez que há investimentos de recursos públicos na qualificação desses servidores, com a expectativa de retornos na melhoria da prestação dos serviços públicos à sociedade e consequente avanço na cidadania.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Realizar um diagnóstico situacional em relação às contribuições para a gestão pública das dissertações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* profissionais ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores técnico-administrativos.

O interesse pelo tema foi em razão de atualmente ser servidora na UnB e ter tido a oportunidade de realizar uma pós-graduação profissional ofertada por essa mesma instituição.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Contextualizar o histórico da qualificação no âmbito da UnB.
- 2) Mapear os cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores TAE e as produções científicas dos egressos.
- 3) Analisar a contribuição das dissertações no que se refere:
 - às indicações para o diagnóstico de problemas da instituição que os fomenta (UnB);

¹ É o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2011, p. 126).

- aos objetivos das dissertações voltados à relevância social.

1.3 Organização da dissertação

A dissertação é composta por esta introdução, onde foram apresentados o tema, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo.

O referencial teórico está constituído por explicações tocantes ao arcabouço legal referente à qualificação dos servidores públicos com vistas ao desenvolvimento deles e ao aprimoramento da eficiência da administração pública; à contextualização da constituição do capitalismo mundial até a reforma gerencial brasileira; e ao histórico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil com repercussões no âmbito da UnB.

A terceira seção traz o método da pesquisa, onde é realizado um relato atinente às etapas e aos processos desenvolvidos para a construção deste estudo, sendo realizadas no quarto tópico as análises e discussões das informações apresentadas na seção anterior.

Ao final, a título de encerramento da pesquisa, são tecidas as conclusões e considerações resultantes das percepções concernentes ao desenvolvimento deste estudo, bem como são realizados apontamentos relacionados à especificidade, relevância e contribuição da pesquisa, além de sugestões para investigações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Será apresentado no primeiro capítulo deste referencial o marco teórico-legal que relaciona as legislações criadas para regulamentação das ações de capacitação, visando à qualificação profissional dos servidores públicos. Os dois capítulos finais realizam um resgate histórico. Um referente à constituição do capitalismo mundial e à contextualização política, social e econômica que findou por gerar as reformas burocrática e gerencial da administração pública no Brasil, conduzindo à necessidade de qualificação dos servidores públicos. O outro apresenta a formação da pós-graduação *stricto sensu* nacional a partir das análises dos planos nacionais de pós-graduação. Ainda no último capítulo, é realizada uma descrição das atividades para qualificação profissional desenvolvidas pela Universidade de Brasília a seus servidores.

2.1 Capítulo 1: Marco teórico-legal da qualificação profissional no setor público brasileiro

Neste capítulo, são apresentadas as legislações pertinentes às ações de capacitação que visam à qualificação profissional criadas após as reformas burocrática e gerencial e que representam a intenção do governo de capacitar os servidores públicos para uma modernização desse setor.

A globalização e o desenvolvimento tecnológico aceleraram os processos e geraram uma pressão por conhecimento e atualização de forma contínua. A tecnologia permite que as informações e o conhecimento atinjam um contingente maior da população e em uma velocidade surpreendente. De acordo com Araújo, N. (2013, p. 49):

A busca por um serviço público mais eficiente e comprometido tem como referência histórica os anos 1980, com a reforma do Estado e com a efetivação, em 1995, da reforma administrativa. De lá para cá, mudanças tecnológicas, ambientais, sociais e políticas que impactam o mundo do trabalho, expuseram a premência de a Administração Pública criar mecanismos para requalificar seus quadros e suprir as deficiências administrativas, trazendo resultados mais eficientes para a prestação dos serviços que oferece.

Para muitos pesquisadores, as reformas administrativas não substituíram o modelo adotado anteriormente. O que ocorreu foi a exportação de práticas do patrimonialismo para a burocracia e da burocracia para a administração gerencial. É inegável que aconteceram avanços nas rotinas administrativas, porém mantendo-se as práticas clientelistas (favores

políticos), confusão entre bens públicos e privados, além do excesso de formalidades e regramentos (LACERDA, 2013; SANTOS, R., 2015).

Como marco inicial da reforma burocrática, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado pelo Decreto-Lei nº 579/1938, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas. Esse órgão, subordinado diretamente ao presidente da República, tinha como missão organizar o setor público e tirá-lo do entrave do patrimonialismo. Uma das competências do DASP, listada no decreto de sua origem, art. 2º, alínea e, foi “promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União” (BRASIL, 1938).

Com o decorrer do tempo, a administração burocrática tornou-se inadequada para acompanhar o novo contexto social que se apresentava. Dessa forma, para se adaptar, era necessário profissionalizar o serviço público. Em meados dos anos 1990, já com a reforma burocrática estagnada e desgastada pelos anos de governo militar e subsequentes, fez-se necessária uma nova mudança, uma quebra de paradigma para atender às exigências que se manifestavam e eram impostas pelo desenvolvimento tecnológico e crises capitalistas (LACERDA, 2013; SANTOS, R., 2015).

A reforma gerencial implantada no Brasil em 1995 trouxe a premência de adaptação, por parte dos setores privado e público, para fazerem frente à nova realidade que se impunha. Para tanto, era preciso atualizar seus processos e sistemas e, como consequência, fazia-se necessário pessoas capacitadas, com conhecimentos e competências que viabilizassem o atendimento desse novo contexto que estava estabelecendo-se (LACERDA, 2013; SANTOS, R., 2015).

A reforma inovou, pois “difundiu-se no ambiente público a ideia de carreira, hierarquia funcional, imparcialidade e padronização. Nesse modelo, o poder viria das normas e não do perfil carismático ou da tradição como no patrimonialismo” (LACERDA, 2013, p. 27).

Um marco da reforma gerencial, implantado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), que objetivava uma reestruturação da administração pública baseada na eficiência. Como o DASP foi extinto por força do Decreto nº 93.211/1986, para a implementação do plano diretor, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), em 1995. Esse ministério foi extinto em 1998 por sugestão de seu próprio ministro, Bresser-Pereira, transferindo-se suas atribuições para o Ministério do Planejamento e Gestão (MPG) (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

De acordo com o PDRE, a reforma gerencial se basearia em conceitos como eficiência, controle dos resultados e descentralização para melhor atender ao cidadão, tido como cliente dos serviços prestados pelo setor público. Notou-se que a sociedade aos poucos foi se tornando consciente em relação à função do Estado: servir ao cidadão. Essa representação da percepção social termina por influenciar os serviços prestados pelo setor público, gerando a necessidade de melhorá-los (LACERDA, 2013; SANTOS, R., 2015).

Para o aprimoramento da máquina pública, era preciso focar em qualidade e produtividade, o que seria viabilizado por meio da profissionalização do servidor. Para tanto, a “reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações” (BRASIL, 1995, p. 21).

Encontra-se no PDRE o reconhecimento quanto à inspiração da reforma gerencial ser na iniciativa privada, porém, preservando-se as particularidades da área pública. É relatado também sobre a administração do DASP em relação à área de recursos humanos e à tentativa da inserção do concurso público e do treinamento como instrumentos de melhoria na mão de obra durante a vigência da administração burocrática (LACERDA, 2013; SANTOS, R., 2015).

Ainda como componente desse plano, consta entre os objetivos da reforma gerencial:

[...] modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade, através de uma **política de profissionalização do serviço público**, ou seja, de uma política de carreiras, de concursos públicos anuais, de **programas de educação continuada permanentes**, de uma efetiva administração salarial, ao mesmo tempo que se introduz no sistema burocrático uma cultura gerencial baseada na avaliação do desempenho (BRASIL, 1995, p. 57, grifo nosso).

Como já mencionado, a administração gerencial foi pautada na eficiência. Para o alcance dessa meta, foi necessário priorizar uma política que orientasse “desde a captação de novos servidores, o **desenvolvimento de pessoal** [...] e a instituição de carreiras compatíveis com as necessidades do aparelho do Estado modernizado” (BRASIL, 1995, p. 77, grifo nosso). Destaca-se a preocupação com a profissionalização e com a valorização do servidor público, corroborada por um dos projetos que compunham o PDRE: Desenvolvimento de Recursos Humanos. Esse projeto objetivava a “**formação e capacitação dos servidores públicos** para o desenvolvimento de uma administração pública ágil e eficiente” (BRASIL, 1995, p. 79, grifo nosso). Conforme Santos, R. (2015, p. 43), o PDRE representou “a profissionalização da burocracia pública”.

Em relação à capacitação de servidores públicos, apesar de o PDRE ser de 1995, verifica-se essa preocupação desde a criação do DASP (1938), bem como em normativos como a Lei nº 8.112/1990, em seu art. 81, V e art. 102, VIII, alínea e (licença para capacitação), art. 87, *caput* (afastamento para capacitação) e art. 96-A, §1º (afastamento para participação em programas de capacitação de longo prazo – pós-graduação *stricto sensu*), e ainda na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 39, §2º (profissionalização dentro do serviço público com as escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento dos servidores):

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL, 1988).

Esse artigo da Constituição evidencia a intenção de aprimoramento dos serviços prestados pelo setor público por meio da formação e do aperfeiçoamento dos servidores públicos e coloca em evidência as escolas de governo.

As escolas de governo são instituições, em princípio, direcionadas à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos presentes em toda a esfera da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2006a).

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), criada em 1986, foi a primeira escola de governo brasileira, tendo como principal objetivo “a formação de recursos humanos através da constituição de carreiras focadas na alta direção do serviço público, de modo a alcançar a estruturação do Estado por meio de uma burocracia sólida” (DIAS; GUIMARÃES, 2016, p. 47).

Após o PDRE, como desencadeamento de políticas para atender aos objetivos de valorização dos servidores públicos, por meio do desenvolvimento profissional, foi publicada a Lei nº 11.091/2005, que dispôs sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFE) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC).

Essa lei trouxe como diretriz o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais e a garantia de que os programas de capacitação contemplassem, além da formação específica, uma formação geral, excluída destas a educação formal. Determinou regras para progressão por capacitação profissional, bem como por mérito profissional. Instituiu o incentivo à qualificação decorrente de educação formal superior. Estabeleceu ainda que o plano de desenvolvimento institucional de cada Instituição Federal de Ensino

contemplaria um plano de desenvolvimento dos integrantes do plano de carreira e que dentro desse plano deveriam constar programas de capacitação e aperfeiçoamento (BRASIL, 2005).

Anteriormente à Lei nº 11.091/2005, já havia sido publicado o Decreto nº 2.794/1998, que estabeleceu a política nacional de capacitação dos servidores para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Decreto nº 2.794/1998 foi revogado após oito anos de sua publicação pelo Decreto nº 5.707/2006, que, por sua vez, instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112/1990. Pode ser observado o aprimoramento entre essas legislações, pois o primeiro decreto traz uma política de capacitação, enquanto o segundo estipula uma política de desenvolvimento de pessoal. Uma demonstração de adequação desses dispositivos legais à reforma gerencial (SANTOS, R., 2015).

O Decreto nº 5.707/2006 apresenta em seu art. 2º os seguintes conceitos:

- capacitação – processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;
- gestão por competência – gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e
- eventos de capacitação – cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), estatuída no Decreto nº 5.707/2006, deveria ser implementada por todos os órgãos e entidades da administração pública federal, fosse direta, autárquica ou fundacional. Como diretrizes, entre outras, esse decreto determinou que a capacitação deveria estar voltada para o desenvolvimento de competências individuais e institucionais; estimulou a participação dos servidores em ações de educação continuada e a elaboração, pelas instituições citadas, de plano anual de capacitação; além de reforçar e especificar a licença capacitação já constante da Lei nº 8.112/1990.

Em sequência, foi publicado o Decreto nº 5.824/2006, que determinou os procedimentos para a concessão do incentivo à qualificação. Nessa mesma data, foi publicado

também o Decreto nº 5.825/2006, que estabeleceu as diretrizes para elaboração do plano de desenvolvimento dos integrantes do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, instituído pela Lei nº 11.091/2005.

O Decreto nº 5.825/2006, em seu art. 3º, complementou a definição de capacitação constante no Decreto nº 5.707/2006 e apresentou outros conceitos para: desenvolvimento, educação formal, aperfeiçoamento, qualificação, desempenho e avaliação de desempenho.

É ratificado pelo Decreto nº 5.825/2006, em seu art. 5º, II, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do PCCTAE será vinculado ao plano de desenvolvimento institucional de cada IFE e deverá contemplar programas de capacitação e aperfeiçoamento. O §2º estabelece que compete às unidades de gestão de pessoas gerenciar o plano de desenvolvimento do seu respectivo quadro de servidores e lista as linhas de desenvolvimento que os programas de capacitação e aperfeiçoamento deverão seguir. O art. 7º relaciona os objetivos dos programas de capacitação e aperfeiçoamento:

- contribuir para o desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão;
- capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e
- capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE.

Não se pode deixar de mencionar que o programa de avaliação de desempenho deverá ter, entre um de seus resultados, o subsídio à elaboração dos programas de capacitação e aperfeiçoamento (BRASIL, 2006b).

A Portaria MEC nº 9/2006, publicada na mesma data dos Decretos nº 5.824/2006 e nº 5.825/2006, relaciona os cursos de capacitação que poderiam ser utilizados para fins de progressão por capacitação, desde que não fossem de educação formal e que mantivessem, de forma direta, relação com a área específica de atuação do servidor.

Constata-se a movimentação política em prol da capacitação de servidores no ano de 2006, pois, além da publicação dos Decretos nº 5.707/2006, nº 5.824/2006 e nº 5.825/2006 e da Portaria MEC nº 9/2006, houve ainda a promulgação da Portaria MP nº 208/2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Essa portaria dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoal e contribui determinando os instrumentos dessa política: Plano Anual de Capacitação, Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação e o Sistema de Gestão por Competência.

Dando continuidade ao desenvolvimento para eficiência da administração pública por meio de políticas para capacitação dos servidores, o MEC publica a Portaria nº 27/2014.

Essa portaria institui o plano nacional de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do PCCTAE no âmbito das IFEs vinculadas ao MEC. A justificativa para a criação desse plano foi o processo de expansão proporcionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), vigente a partir do ano de 2003 até o ano de 2012. A proposta do plano foi fortalecer os programas de capacitação e qualificação vigentes no âmbito das IFEs vinculadas ao MEC, bem como reforçar o investimento no servidor integrante do PCCTAE para o seu desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, aperfeiçoamento da gestão pública.

No intuito de corroborar as ações já desenvolvidas pelas IFEs, foram elaborados no plano os programas: Programa Nacional de Apoio aos Projetos Institucionais de Capacitação das Instituições Federais de Ensino; Programa de Qualificação em Serviço do Integrante do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e Programa de Capacitação – Formação Continuada. Esses programas seriam implementados por meio de ações executadas diretamente pelo MEC e de forma descentralizada (BRASIL, 2014).

Entre as inovações trazidas pelo Decreto nº 5.707/2006, uma das que se destaca refere-se à continuidade dos processos de capacitação com a intenção de aprimoramento das competências organizacionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. A gestão por competências refere-se a treinamento, representando uma abordagem mais moderna desse conceito (MAGALHÃES *et al.*, 2010).

Mais recentemente, houve a publicação do Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e revoga o Decreto nº 5.707/2006. Em decorrência desse decreto, houve também a publicação da Instrução Normativa nº 201/2019, que especifica critérios, procedimentos, prazos, condições e orientações para a implementação da PNDP.

As ações de capacitação, aperfeiçoamento, qualificação, treinamento, desenvolvimento, educação e formação desenvolvidas em âmbito profissional devem estar relacionadas aos objetivos estratégicos das organizações para justificar sua execução e os gastos despendidos para a execução das mesmas, bem como, na medida do possível, aos objetivos profissionais dos servidores, sem deixar de considerar o retorno dessas ações a quem, ao final, elas se destinam: à sociedade.

Quadro 1: Síntese do marco legal, com as respectivas finalidades e ações relacionadas à qualificação no setor público brasileiro, no período de 1938 a 2019. Brasília, 2019.

Marco legal	Finalidade	Principais ações/definições à política de qualificação profissional
Decreto-Lei nº 579/1938	Cria o DASP.	Organizar o setor público, inclusive a área de gestão de pessoas.
CF/1988, art. 39, §2º	Escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento dos servidores.	Formação profissional de servidores públicos.
Decreto-Lei nº 93.211/1986	Extingue o DASP.	Substituição pelo MARE.
Lei nº 8.112/1990 (arts. 81, 87, 96A e 102)	Licença capacitação, afastamento para capacitação e participação em programas de capacitação de longo prazo – pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	Incentivos à formação profissional de servidores públicos.
PDRE (1995)	Dentre outras, reforma da política de RH.	Reforma da política de gestão de pessoas no setor público.
Decreto nº 2.794/1998	Institui a política nacional de capacitação dos servidores federais.	Instituição de política pública para capacitação profissional de servidores públicos.
Lei nº 11.091/2005	Estrutura o plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE).	Estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE).
Decreto nº 5.707/2006	Institui a política nacional de desenvolvimento de pessoal.	Instituição de política pública para capacitação profissional de servidores públicos.
Decreto nº 5.824/2006	Institui procedimentos para a concessão do incentivo à qualificação dos integrantes do PCCTAE.	Incentivo à formação profissional de servidores públicos.
Decreto nº 5.825/2006	Institui diretrizes para elaboração do plano de desenvolvimento para integrantes do PCCTAE.	Institui normativo para planejamento de formação profissional de determinado grupo de servidores.
Portaria MEC nº 9/2006	Relaciona cursos de capacitação para progressão.	Relação de cursos para formação profissional de servidores públicos.
Portaria MP nº 208/2006	Define os instrumentos da política nacional de desenvolvimento de pessoal.	Normativo para regulamentação de política destinada a desenvolvimento de pessoal.
Portaria MEC nº 27/2014	Institui o plano nacional de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do PCCTAE no âmbito das IFEs vinculadas ao MEC.	Institui normativo para desenvolvimento profissional de determinado grupo de servidores.
Decreto nº 9.991/2019	Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas e revoga o Decreto nº 5.707/2006.	Instituição de política pública para formação profissional de servidores públicos.
Instrução Normativa nº 201/2019	Especifica critérios, procedimentos, prazos, condições e orientações para a implementação do Decreto nº 9.991/2019.	Normativo que regulamenta especificidades de política pública instituída para formação profissional de servidores públicos.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 Capítulo 2: Reconfiguração do capitalismo mundial: impactos sobre a formação dos agentes públicos

Objetiva-se pelo desenvolvimento deste capítulo realizar um resgate histórico da formação do capitalismo, sua influência sobre a sociedade e o setor público e a necessidade de qualificação dos servidores públicos para fazer frente às mudanças político-econômico-sociais que ocorreram no Brasil a partir do final do século XIX.

Na sociedade feudal, os produtos eram de fabricação artesanal, e técnicas e conhecimentos eram passados de uma geração para outra. Com o tempo, esse modo de produção foi sendo substituído pelo sistema fabril, transformando-se durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Os processos foram sendo gradualmente alterados devido à substituição das ferramentas por máquinas, da energia humana por outros tipos de energia (eletricidade, motor a vapor), dando origem às primeiras indústrias na Europa e nos Estados Unidos (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; POCHMANN, 2016).

Registra-se a expansão do comércio internacional desde os séculos XVI e XVII, fato que permitiu o enriquecimento da burguesia, a continuidade de investimentos em maquinários e a separação entre as classes sociais e os países. Houve ainda uma migração do trabalhador do campo para as cidades, gerando uma concentração cada vez maior, nos centros urbanos, de oferta de mão de obra. O século XVIII é marcado pela Revolução Industrial, e o país apontado como precursor desse processo é a Inglaterra (BAUMAN, 2000, 2001; BEHRING; BOSCHETTI, 2009; POCHMANN, 2016).

Aos poucos, as técnicas foram sendo disseminadas para outros países, predominantemente no Hemisfério Norte. As nações que não conseguiram acompanhar essa industrialização tornaram-se fornecedoras de matérias-primas e produtos agrícolas, dando origem à classificação em países desenvolvidos e em desenvolvimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Esses acontecimentos representam a Primeira Revolução Industrial, ocorrida entre meados do século XVIII e início do século XIX. Principal característica desse período foi o surgimento da mecanização. A mecanização expandiu-se para diversos setores da economia, dando origem à classe operária. Os salários e as condições de trabalho eram precários nessa fase. Devido a isso, iniciou-se também a organização desses operários em busca por melhores condições de trabalho, fato que deu origem aos primeiros sindicatos, fortalecendo a divisão entre a classe burguesa ou dona do capital e a proletária (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; POCHMANN, 2016).

Acredita-se que esse período aniquilou o vínculo entre a terra, o trabalho humano e a riqueza, originando a separação entre o trabalho e o capital, transformando-os em meras mercadorias dentro do processo produtivo (BAUMAN, 2000, 2001; BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Gerou-se uma dependência mútua entre eles, pois os “trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento” (BAUMAN, 2000, p. 165).

O período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX é marcado pelo liberalismo. As características político-econômico-sociais desse ambiente são o livre mercado e a intervenção mínima do Estado. As ações do Estado deveriam se limitar a “regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 62).

O capitalismo foi fortalecido e consolidado entre os séculos XVIII e XIX. Na segunda metade do século XIX houve a gradativa implementação de novos maquinários pelas fábricas, caracterizando a Segunda Revolução Industrial. Nesse período, também conhecido como sociedade pré-industrial, ocorreu a separação entre os detentores da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção. Outro fator que se destacou foi a luta da classe trabalhadora por salários mais justos e redução da jornada de trabalho, que eram considerados exploratórios (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

O liberalismo foi perdendo espaço e enfraquecendo-se devido: à ampliação de direitos e à mobilização dos operários em busca de melhores condições de trabalho; à Revolução Russa em 1917, com a vitória do movimento socialista (que fazia oposição ao capitalismo); à concentração e à monopolização do capital; além das mudanças ocasionadas no setor produtivo com o advento do fordismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Gerou-se o que muitos estudiosos nomeiam de A Grande Depressão (1929-1932). Essa expressão refere-se a uma forte crise na economia mundial capitalista, que teve início no sistema financeiro americano e alastrou-se pelo globo, reduzindo em larga escala o comércio mundial para cerca de um terço do que era. Atingiu a credibilidade dos princípios do liberalismo – principalmente em relação ao automatismo do mercado, estagnou o mercado de trabalho e a produtividade, desencadeou desemprego em massa e queda no consumo e abalou também a política do capitalismo (BEHRING, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A teoria de John Maynard Keynes (1883-1946), que defendia uma maior intervenção do Estado sobre a economia, ganhou força para fazer frente à crise que se instaurou. O keynesianismo, como ficou conhecida a ideia de intervenção estatal, consistia em

políticas econômicas e sociais para controle da demanda e oferta, injeção de dinheiro em alguns setores sociais para ativar a economia e proteger os indivíduos sócio e economicamente (BEHRING, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Destacaram-se também nesse período de crise as políticas de Henry Ford (1863-1947). O fordismo, baseado na linha de produção taylorista, trouxe inovações de natureza técnica e organizacional que otimizaram a produtividade e aprimoraram as políticas de produção em massa para proporcionar um consumo de massa. Elas interferiram no “modo de vida e de consumo dos trabalhadores” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 87; BAUMAN, 2000; BEHRING, 2009).

Juntos, keynesianismo e fordismo constituem as bases do processo de rápida acumulação do capital no pós-1945 (Terceira Revolução Industrial). Proporcionaram profundas mudanças por meio de novos produtos e processos e auxiliaram no reerguimento da economia mundial no período da crise e no pós-II Guerra Mundial (1939-1945) (BEHRING, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Deu-se início a uma fase de grande expansão capitalista. Outras políticas foram sendo agregadas, e novas ações, executadas para a manutenção das relações político-econômico-sociais, entrando em processo de estagnação no fim dos anos 1960. Ocorre um esgotamento do capital e as regulações estatais não são suficientes para promover a retomada do crescimento, apenas geram pequenos momentos de recuperação (BEHRING, 2009, 2016; BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Em decorrência dessa estagnação do capital, registrada no fim dos anos 1960, uma nova crise, em meados dos anos 1970, atinge o mercado mundial. Há uma leve retomada ainda na segunda metade dessa década, porém sem expressividade. Mais uma vez, partindo dos Estados Unidos, no início dos anos 1980, uma nova crise se abate sobre o globo. Essas crises consecutivas geram acentuada recessão, processos inflacionários e desemprego crescente, entre outras situações (BEHRING, 2009, 2016; BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

O colapso instaurado pesa sobre os ombros dos Estados que não conseguem ampliar mais sua participação para regulação do mercado. A classe burguesa pressiona os governos para redução de gastos com as políticas sociais. Entre outras medidas para tentar solucionar a crise, as nações apoiam-se na inovação tecnológica para renovação e impulsionamento dos processos (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Com a disseminação dos ideais keynesianos – que estimularam a intervenção e regulação estatal no pós-crise de 1929 e pós-II Guerra Mundial –, ocorreu a criação dos preceitos do *Welfare State* ou Estado de bem-estar. Estes representam políticas econômicas e

sociais que incentivavam o crescimento econômico e combatiam as desigualdades sociais. Essas políticas começaram a sofrer ataques dos neoliberais. O neoliberalismo é uma concepção teórica que surgiu após a II Guerra Mundial, em oposição ao Estado intervencionista, ganhando espaço no pós-1970. Apontava, como pilar das crises e da falta de retomada do crescimento econômico, o protecionismo estatal à classe trabalhadora e às políticas de transferência de renda aos desfavorecidos socialmente (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

No fim da década de 1980, as diretivas do neoliberalismo começaram a fazer parte dos programas governamentais da Europa e dos EUA. E deles se propagaram, mais uma vez, para o mundo, gerando pressão internacional por mudanças dos processos e da forma de fazer política e economia. Porém, as concepções neoliberais não foram capazes de realizar o prometido retorno aos tempos áureos do crescimento econômico e ainda provocaram retrocesso nas conquistas de direitos trabalhistas e sociais. Houve a elevação da cobrança de impostos à classe trabalhadora, o que sucedeu no agravamento das desigualdades sociais e concentração de riquezas. A “hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 126).

Assim, dá-se o cenário atual de políticas neoliberais, concentração de riquezas nas mãos de poucos, exploração de muitos e estagnação econômica (BEHRING, 2009, 2016).

A consequência desse contexto sobre o campo da educação, os processos formativos e a qualificação profissional é a mercantilização do ensino para adaptação às necessidades do mercado, gerando um enfraquecimento e submissão do saber à lógica do capital. Noutras palavras, os valores da técnica, do procedimento, da eficiência e da competitividade são incorporados sem críticas aos processos formativos das pessoas e, em especial, na educação profissional. Nesse contexto, a razão se torna mero instrumento para acumulação do capital, amparado pelo saber científico de cunho positivista (ADORNO, 1995).

2.2.1 O contexto brasileiro: repercussões do capitalismo mundial em países periféricos

No final do século XIX, o Brasil compunha o grupo dos países em desenvolvimento. Possuía especificidades como resquícios do período colonial e vivenciava as recentes abolição da escravidão e proclamação da república. O país, livre do imperialismo, fazia a transição para o capitalismo e buscava a modernização entre os preceitos do

liberalismo, porém, ainda com práticas do patrimonialismo e com dependência dos mercados econômicos externos. A herança da escravidão, com o sentido de subordinação às elites, retarda a reação da classe operária, que começa a luta por melhores condições de trabalho apenas na primeira década do século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A Grande Depressão de 1929 chega ao Brasil e causa uma crise na indústria cafeeira. Esta era responsável por cerca de dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Com sua derrocada, abre-se espaço para outros setores agrícolas e para a indústria, modernizando o mercado econômico e gerando mudanças políticas e sociais. Deu-se início a processos de intervenção estatal e de regulações trabalhistas e assistenciais: regulação de acidentes de trabalho, aposentadorias, pensões e auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; POCHMANN, 2016).

Apesar das turbulências e disputas de classes, típicas desses processos políticos, econômicos e sociais, o país segue em busca de modernização. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), elabora-se um plano de metas no intuito de se realizar grandes mudanças na economia brasileira, gerando-se estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacionais. Seguem as tensões e disputas entre as classes. Ocorre a ampliação do mercado interno sob a influência dos ideais fordistas e da expansão dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Denota-se, durante o período da ditadura militar (1964-1985), crescimento econômico (industrial e urbano) devido à conexão ao mercado internacional. Houve incremento da política social brasileira, porém, apresentando-se um cenário de contradição: por um lado, ampliação de políticas sociais (previdência social, assistência social, saúde, acidentes de trabalho, habitação) e de outro, repressão (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A crise dos anos 1970 e 1980 atinge o Brasil e empobrece toda a América Latina. O país se endivida na tentativa de se recuperar economicamente. Há uma forte recessão, e os processos inflacionários atingem índices exorbitantes. O cenário abre espaço para a democracia e os ideais neoliberais. O governo militar cai. É formulada uma nova Constituição Federal em 1988, denominada por muitos como cidadã (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A década de 1990 começa com o país enfrentando uma profunda recessão econômica e social. Campanhas em âmbito nacional são realizadas em busca de reestruturar a nação. Como forma de combater as crises que se arrastavam, o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) dá continuidade às políticas neoliberais iniciadas pelo governo de Collor (1990-1992). Articula privatizações de empresas públicas, reforma da previdência

social e lança em 1995 o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado como documento de orientação para os processos e programas que pretendia implementar.

O gradativo crescimento de participação do Estado com políticas públicas gerou a necessidade de criação de estruturas governamentais para gerir as demandas públicas e, conseqüentemente, pessoal capacitado para o atendimento dessas ações em ascensão. Assim, são publicadas legislações para a regulamentação e implementação dos processos de qualificação dos servidores públicos. As legislações foram apresentadas no capítulo anterior desse referencial teórico (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; LACERDA, 2013; MAGALHÃES *et al.*, 2010).

Com o passar do tempo e as constantes crises, esse modelo de administração burocrática, implementado na década de 1930, já não atende mais às demandas governamentais. Com a publicação do PDRE, tem-se o início da Administração Pública Gerencial, na qual o plano diretor representa o marco desse período (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

As tentativas de solucionar o colapso nacional perpassaram os demais governos. A crise, a precarização e o desemprego se arrastam. A classe trabalhadora tem de lidar com maneiras cada vez mais aprimoradas de exploração. Para Bauman, a “precariedade é hoje o principal bloco construtivo da hierarquia de poder global e a principal técnica de controle social” (BAUMAN, 2001, p. 39). A concentração de renda e as desigualdades sociais permanecem e podem, inclusive, acentuar-se com as recentes reformas trabalhista (2017) e da previdência social (2019) (BAUMAN, 2001; BEHRING, 2016; POCHMANN, 2016).

No campo da educação e, conseqüentemente, nas ações de qualificação profissional, pode-se dizer que as conseqüências dos valores capitalistas (sob a forma de desigualdades sociais), em países periféricos como o Brasil, acentuam-se. Ou seja, num contexto de frágil cidadania e insipiente democracia, em que as políticas do *Welfare State* não se consolidaram, a sociedade não tem força e mobilização crítica suficientes para conter a ferocidade do mercado. Há uma minoração nos processos de desenvolvimento da capacidade crítica e autorreflexiva, sob as expensas das demandas do mercado e do capital (ADORNO, 1995; BAUMAN, 2000).

2.3 Capítulo 3: Formação *stricto sensu* no Brasil: contexto e cenário da UnB

Como reflexo do contexto econômico, político e social pós-Revolução Industrial e das alterações que estavam ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil, com

perspectivas de desenvolvimento de sua economia, viu-se na precisão de promover a parte intelectual de um extrato da população, por meio do Ensino Superior, para suprir a carência de formação científica e técnica necessária ao acompanhamento da expansão industrial brasileira. Assim, tornou-se primordial o investimento na educação em todos os seus níveis, inclusive no nível superior (BRASIL, 1965).

A pós-graduação brasileira surgiu de forma primária, no início da década de 1930, quando Francisco Campos sugeriu, por meio da proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, a implementação da pós-graduação seguindo o modelo europeu. Algumas instituições chegaram a implantar esse modelo, como a Universidade do Rio de Janeiro, no curso de Direito, a Faculdade Nacional de Filosofia e a Universidade de São Paulo. Na década seguinte, houve a formalização da expressão “pós-graduação”, constante do Estatuto da Universidade do Brasil (SANTOS, 2003).

Com o intuito de desenvolver em território nacional conhecimentos e tecnologias próprios, o governo decreta a Lei nº 1.310/1951, que cria o Conselho Nacional de Pesquisa – atual CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (BRASIL, 1951a).

Para a consecução de seus objetivos, competia-lhe cooperar com universidades e institutos de Ensino Superior para o desenvolvimento de pesquisas científicas, manter relações com instituições nacionais e estrangeiras para troca de conhecimentos, entre outros. Na mesma lei, para possibilitar as atividades do Conselho, foi instituído um fundo financeiro destinado a pesquisas científicas e tecnológicas, além de permitir a admissão de pessoal não concursado, objetivando o atingimento de suas finalidades (BRASIL, 1951a).

Nesse mesmo ano, por meio do Decreto nº 29.741/1951, foi instituída também uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a atual Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – que teve por objetivo principal assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país, além de custeio de bolsas de estudos em situações específicas (BRASIL, 1951b).

Esses normativos legais demonstram a preocupação do governo da época com a formação de corpo científico e tecnológico nacional para o acompanhamento, desenvolvimento e independência nacional frente às transformações que vinham ocorrendo no cenário internacional.

Na década de 1950, deu-se início a acordos entre o Brasil e os Estados Unidos que consistiram em “uma série de convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores” (SANTOS, 2003, p. 628).

No Brasil, em meados do século XX, os cursos de pós-graduação que funcionavam de forma regular eram quase inexistentes. O país não possuía tradição nesse nível de formação. A pós-graduação não era valorizada e nem organizada. Essa situação começa a ser modificada devido às mudanças que estavam ocorrendo nos países mais desenvolvidos. Para que houvesse a possibilidade de acompanhar essas alterações, tornou-se primordial a formação, em âmbito nacional, de cientistas e a geração de conhecimento e tecnologia para evitar uma dominação pelas grandes nações europeias e norte-americanas que se destacavam em âmbito internacional (BRASIL, 1965).

Havia uma problemática nacional relacionada à definição, especificação e organização dos cursos de pós-graduação. À época, existia uma certa confusão a respeito da natureza dos cursos de especialização e de pós-graduação *stricto sensu*, bem como um desinteresse por esse último nível de formação devido à pouca diferenciação da graduação e pela contrapartida financeira inexpressiva (BRASIL, 1965).

Intencionando sanar tais dificuldades em relação à natureza dos cursos de formação de nível superior, com objetivo de valorização, aprimoramento e regulamentação dos mesmos, o Ministro da Educação e Cultura solicita um pronunciamento do Conselho Federal de Educação (CFE) a respeito dessa temática. A comissão composta pelo CFE elaborou o Parecer nº 977/1965. O parecer em questão contribuiu para a elucidação e o nivelamento dos cursos de graduação e especialização e, principalmente, abordou sobre a natureza e estrutura dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Ensino Superior, baseados no modelo norte-americano (BRASIL, 1965).

No parecer consta que, independentemente das origens, o sistema dos cursos de pós-graduação estava se difundindo a nível global, em todos os países, como uma “consequência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores” (BRASIL, 1965).

Constam ainda as três razões pelas quais a estruturação dos cursos de pós-graduação se fazia essencial. O primeiro motivo era a composição de corpo docente qualificado para a formação dos novos professores e para elevar os níveis de qualidade da educação. O segundo era formar pesquisadores para estimular a pesquisa científica em

território nacional. A terceira razão era o treinamento técnico de alto padrão visando atender às “necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (BRASIL, 1965).

A graduação não é capaz de fornecer todo o conhecimento de um campo de estudos em seu nível, viabiliza apenas conhecimentos básicos. Por essa razão, tornou-se necessária a organização, estruturação e regulamentação dos cursos de pós-graduação para ampliação e aperfeiçoamento de conhecimentos. Muitos estudiosos procuravam formação fora do Brasil devido ao pouco investimento na pós-graduação em território nacional (BRASIL, 1965).

Para a comissão:

O resultado é que, em muitos setores das ciências e das técnicas, o treinamento avançado de nossos cientistas e especialistas há de ser feito em universidades estrangeiras. Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduação a fim de que possamos formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos, sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação. Em nosso entender um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e de cultura (BRASIL, 1965).

O parecer define que a pós-graduação representa todos os cursos que se seguem à graduação e define a estrutura em *sensu lato* e *sensu stricto*. O primeiro refere-se aos cursos destinados à especialização e ao aperfeiçoamento, que possuem sentido “prático-profissional”, podem ser eventuais e concedem certificado. Os cursos de pós-graduação *sensu stricto* representam uma hierarquia na formação acadêmica. Possuem objetivos de maior amplitude e profundidade na formação: seja científica, cultural ou profissional. Atribuem grau acadêmico e são parte integrante do complexo universitário, “necessários à realização dos fins essenciais das universidades”. Assim, o parecer atribui às universidades – com raras exceções – a incumbência pelos cursos *sensu stricto* por entender-se que elas não são apenas transmissoras de saber, mas também desenvolvedoras de novos conhecimentos (BRASIL, 1965).

O conceito formulado nesse parecer designa os cursos *sensu stricto* como sendo um “ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico” (BRASIL, 1965).

O documento em questão apresenta as características fundamentais dos cursos de pós-graduação *sensu stricto*. Muitos desses aspectos são mantidos atualmente. Entre eles podemos destacar que os dois níveis de formação da pós-graduação com sentido estrito são o

mestrado e o doutorado. Ambos servem para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na graduação, embora para se cursar um mestrado ou um doutorado não seja obrigatório seguir na mesma área de formação (BRASIL, 1965).

Para se realizar um doutorado, a participação em um mestrado não é condição obrigatória. O tempo mínimo para se cursar é de um e dois anos, respectivamente, para o mestrado e doutorado. Na conclusão do mestrado exige-se uma dissertação, e a tese é condição para a finalização de um doutorado. Os mestrandos e doutorandos deverão ser orientados por um diretor de estudos – atualmente um professor do curso. Além de se exigir o diploma de graduação, o parecer deixa uma abertura para a discricionariedade das universidades em relação aos critérios de seleção dos candidatos aos mestrados e doutorados (BRASIL, 1965).

Os entes governamentais criados em 1951 – para fomentar o conhecimento e o desenvolvimento econômico e social do país – permanecem sendo os responsáveis por essas atribuições. Para a continuidade dessa contextualização, o estudo focará na Capes – devido às suas atribuições sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* (PGSS) – e na evolução histórica desses cursos por meio dos planos nacionais de pós-graduação (PNPG).

A Capes implanta, em 1953, o Programa Universitário, que representa sua principal linha de atuação junto às universidades e aos institutos de Ensino Superior. Em decorrência do Parecer nº 977/1965, 38 cursos são classificados como PGSS no país, sendo: 27 de nível de mestrado e 11 no de doutorado (CAPES, 2019a).

Com a expansão da PGSS, a Capes ganha espaço, novas atribuições, responsabilidades e autonomia administrativa e financeira. Quando instituída, era subordinada ao MEC. Devido às conjunturas políticas, foi transferida para a estrutura da Presidência da República, no início dos anos 1960, mas retornou à subordinação do MEC em 1964, com a ascensão do governo militar, permanecendo até a atualidade. Nos anos 1970 tem sua sede transferida do estado do Rio de Janeiro para a nova capital, Brasília (CAPES, 2019a).

Em 1981, com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação², a Capes – que já possuía a atribuição de coordenar e avaliar a PGSS – recebe a responsabilidade pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, atribuições e responsabilidades que fortalecem seu papel junto à comunidade acadêmica e científica e fortalecimento que mantém sua credibilidade e estabilidade perante a conjuntura política e econômica que o país atravessa nos anos 1980. Esse fato a auxiliou a ser recriada em menos de um mês após ser extinta em

² O Conselho Nacional de Pós-Graduação foi instituído pelo Decreto nº 73.411/1974 e extinto pelo Decreto nº 86.791/1981.

1990. Em 1992, é instituída como fundação pública, o que a solidifica ainda mais como o órgão responsável pela PGSS no Brasil. Em 1995, já eram mais de mil cursos de mestrado e seiscentos de doutorado envolvendo mais de sessenta mil alunos. Atualmente, a Capes é responsável não só pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) como também pelo fomento à formação inicial e continuada de professores da educação básica (CAPES, 2019a).

A evolução histórica da pós-graduação *stricto sensu* pode ser acompanhada por meio dos planos nacionais da pós-graduação. O I PNPG (1975-1979) foi elaborado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação, vinculado à estrutura do MEC, e possuía como atribuição o delineamento das “medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação” (BRASIL, 1974).

Entre as informações que o I PNPG traz, pode-se apontar para duas linhas que foram mais desenvolvidas pelas instituições que ofertaram cursos de pós-graduação. A primeira linha foi a formação de pesquisadores, docentes e profissionais diversos. A segunda foi o encaminhamento e execução de projetos de pesquisa para assessorar o sistema produtivo e o setor público. Assim, de maneira geral, os cursos contribuíram de forma efetiva para a formação de pessoal qualificado, tendo titulado, até 1973, cerca de três mil e quinhentos mestres e quinhentos doutores, sendo, em média, a metade absorvida pelo magistério e a outra parte pelo mercado de trabalho profissional (BRASIL, 1974).

A partir do II PNPG (1982-1985), a responsabilidade pela elaboração desse relatório passa a ser incumbência da Capes, o que corrobora sua atribuição de coordenar e avaliar a PGSS. No relatório, concluiu-se que houve a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação no país, podendo prever-se uma produção crescente e com qualidade, com planejamento de implementação de outras opções de cursos de pós-graduação para atender a mais campos profissionais. Constatou-se que grande parte do conhecimento produzido em solo nacional provinha dos centros de pós-graduação, além de estes contribuírem de maneira “significativa em algumas áreas de tecnologia avançada, equiparáveis ao que [era] produzido nas melhores universidades e centros de pesquisa estrangeiros” (CAPES, 1981, p. 179).

Porém, também apontam-se obstáculos que são enfrentados, como a dificuldade de institucionalizar e consolidar a pós-graduação devido à alta dependência por recursos financeiros em contrapartida a cortes de verbas, bem como pela instabilidade empregatícia do quadro de apoio. Outra adversidade destacada no relatório é a compatibilização dos cursos de pós-graduação às necessidades reais e futuras do país. Como forma de resolver os problemas relatados, planejou-se a implementação de “abertura gradativa do leque de opções de cursos

de pós-graduação, com alternativas cujo perfil se [ajustasse] mais às qualificações exigidas pelas diferentes práticas profissionais, incluídas as docentes” (CAPES, 1981, p. 186).

O III PNPG (1986-1989) informa que a política nacional de pós-graduação, traçada entre os anos de 1975 a 1985, foi executada conforme o I PNPG e o II PNPG, porém o país ainda não havia conseguido suprir sua carência de um corpo de cientistas e profissionais que atendessem “às necessidades de desenvolvimento da sociedade brasileira” (CAPES, 1985, p. 205).

Mesmo tendo sido expandida pela influência de fatores externos ao sistema universitário e estimulada por políticas governamentais, constata-se a necessidade de se aperfeiçoar e consolidar a estrutura implementada para a formação de docentes e pesquisadores em âmbito nacional. Assim:

Torna-se, portanto, essencial iniciar, com a maior brevidade possível, um programa agressivo de formação de recursos humanos qualificados, tendo em vista que a sociedade e o governo pretendem a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no próximo século. Assim é que o presente Plano Nacional de Pós-Graduação reafirma a política do governo de formar cientistas em quantidade, qualidade e perfis adequados ao modelo de desenvolvimento do País (CAPES, 1985, p. 193).

O plano destaca que houve a manutenção de uma qualificação mediana devido à inserção no sistema de docentes com qualificação deficiente e expansão do ensino privado, além da escassez de recursos financeiros e orçamentários para investimento nos setores da educação e da ciência e tecnologia. Apresenta-se também uma preocupação com a necessidade de sistematizar os programas de pós-doutorado como forma de avanço do desenvolvimento de conhecimentos em solo nacional (CAPES, 1985).

A Capes formulou o documento que se constituiria no IV PNPG, porém este não se concretizou devido à falta de articulação entre os órgãos responsáveis e envolvidos no processo de aprovação e a restrições orçamentárias. Porém, mesmo sem a formalização do IV PNPG, a Capes implantou algumas pautas que foram discutidas, entre elas, a expansão e a diversificação da pós-graduação, alterações nos processos de avaliação e inserção em âmbito internacional da pós-graduação (CAPES, 2004).

O V PNPG (2005-2010) faz uma retrospectiva dos PNPGs anteriores, destacando os aspectos principais de cada um. No I PNPG houve uma preocupação inicial com a capacitação dos docentes. O II PNPG dispensou atenção ao sistema de pós-graduação em relação a seu desempenho. O III PNPG dedicou-se ao desenvolvimento da pesquisa no âmbito das universidades, com a integração da pós-graduação aos sistemas de ciência e tecnologia.

Merecem destaque a flexibilização dos modelos de pós-graduação e a preocupação com os desequilíbrios entre as regiões do país (CAPES, 2004).

A pós-graduação é um subsistema do sistema universitário, e este incorpora o sistema educacional. O V PNPG enfatiza que o sistema educacional é estratégico para o desenvolvimento econômico e social de uma nação, competindo ao sistema da pós-graduação garantir a formação de recursos humanos de alta qualidade, bem como auxiliar no desenvolvimento de potencial científico e tecnológico (CAPES, 2004).

O relatório salienta o fato de que o sistema da pós-graduação não se constitui de um processo espontâneo, e sim de mobilização política com esse intuito, além de um forte engajamento da comunidade acadêmica nacional e articulação constante das agências de fomento – Capes e CNPq – com organismos internacionais de mesma natureza (CAPES, 2004).

Ainda no V PNPG, constata-se que a expansão e a qualidade da pós-graduação foram bem-sucedidas e devem-se ao financiamento público e ao sistema de avaliação contínua executada pela Capes. Um dado apontado no plano é o fato de a pós-graduação, no início de sua existência, ter sido mais flexível. Essa característica foi perdendo-se com o tempo, porém apresenta-se nesse documento que uma parcela considerável dos egressos dos mestrados exerce suas atribuições profissionais em áreas não acadêmicas. Conclui-se com a necessidade de retomar a flexibilidade do início dos programas e propõe-se a criação de mestrados profissionais “de modo a contemplar demandas diferenciadas da sociedade” (CAPES, 2004, p. 43).

Como diagnóstico apresentado, traçam-se quatro linhas de ação (CAPES, 2004, p. 48):

- a capacitação do corpo docente para as instituições de Ensino Superior;
- a qualificação dos professores da educação básica;
- a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado; e
- a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas.

O V PNPG realça a importância da contribuição da pós-graduação para o desenvolvimento nacional por meio da geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, reconhecidos por muitas nações como uma questão de poder, pois agregam valor a “produtos e processos, com reflexos diretos nas possibilidades de inserção competitiva no mercado mundial” (CAPES, 2004, p. 49).

O documento ainda destaca a importância de diminuir as desigualdades regionais referentes aos conhecimentos científicos desenvolvidos por meio dos programas de pós-graduação (PPG), de forma a possibilitar um real desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do país. Esse fato corrobora o objetivo principal do PNPG – o crescimento de maneira equilibrada do sistema nacional de pós-graduação (CAPES, 2004).

Como solução para redução das disparidades regionais, propôs-se nesse plano a articulação entre as agências federais de fomento Capes, CNPq e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), entre essas agências e órgãos estaduais com atribuições pertinentes, bem como com o setor empresarial, além da união desses entes para buscar liberação orçamentária suficiente ao custeio dos objetivos propostos para a pós-graduação nos anos que se seguiriam (CAPES, 2004, p. 58-59):

- o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- a formação de docentes para todos os níveis de ensino;
- a formação de quadros para mercados não acadêmicos.

O PNPG é uma ferramenta de políticas públicas e possui como finalidade dinamizar e concretizar o SNPG. Quando da elaboração do VI PNPG, ocorreu concomitantemente a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE contemplou propostas e diretrizes da pós-graduação, integrando o PNPG a ele, objetivando a composição dos currículos (CAPES, 2010).

Em vigor, o VI PNPG (2011-2020) relaciona as contribuições de seus antecessores e os pontos principais que serão buscados durante o período de sua vigência (CAPES, 2010).

A respeito dos planos anteriores, no VI PNPG, eles são relacionados como importantes etapas na história da pós-graduação nacional, destacando a continuidade entre eles:

- I PNPG (1975-1979) – houve a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal;
- II PNPG (1982-1985) – houve a preocupação com o desempenho e a qualidade;
- III PNPG (1986-1989) – ocorreu a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento nacional;

- IV PNPG (não formalizado) – houve a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização;
- V PNPG (2005-2010) – ocorreu a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, que resultaram na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação.

Como metas, o VI PNPG busca a atuação sistêmica entre seus cinco eixos de ação:

1. a expansão do SNPG, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias;
2. a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação;
3. o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I);
4. a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa;
5. o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o Ensino Médio.

Aborda-se no VI PNPG que, para o atingimento de suas metas, relacionadas anteriormente, é preciso a articulação entre as esferas do setor público, setor privado e a sociedade. A união de esforços e atuações conjuntas desses agentes é o que propiciará a sinergia de ações e a continuidade da expansão com qualidade do SNPG em diversas direções, setores e temáticas (CAPES, 2010).

Essas temáticas devem considerar:

- a expansão dos cursos e dos estudos da área das Humanidades: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Artes;
- a busca dos jovens por maior acesso à educação superior;
- a grande massa populacional urbana existente, apesar da queda na natalidade;
- a expansão da agricultura para a produção de alimentos com o emprego de tecnologias limpas;
- os avanços tecnológicos e a integração entre C,T&I;

- o contexto internacional;
- a melhoria da educação básica, especialmente Ensino Médio;
- as diversidades socioeconômicas e culturais;
- o reforço da internacionalização da pós-graduação;
- o combate às assimetrias;
- a avaliação – que começou de maneira embrionária em 1976, foi institucionalizada e aprimorada – devendo ser atualizada e corrigidas suas distorções;
- o aumento da qualidade dos cursos;
- as políticas de financiamento da pós-graduação;
- a preservação do meio ambiente, entre muitas outras.

Como forma de promover a articulação entre os diversos temas e agentes envolvidos, diferentemente de lidar com eles de maneira desmembrada, busca-se no VI PNPG tratar, de maneira flexível e sistêmica, todas essas questões, objetivando a expansão e o fortalecimento do SNPG (CAPES, 2010).

Junto à história de criação, desenvolvimento e consolidação da Capes, bem como da organização e regulamentação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, pode-se perceber o nascimento dos mestrados profissionais no Brasil. A princípio, de maneira embrionária, no Parecer nº 977/1965. E apesar de a necessidade de sua criação só constar no V PNPG (2005-2010), a instituição deles já havia ocorrido pela Capes por meio da Portaria nº 47/1995 e sido reconhecida pela Portaria nº 80/1998, também da Capes.

A Lei nº 9.394/1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, estruturou a educação profissional em cursos técnicos que envolvem o nível médio, a graduação e a pós-graduação. Essa estrutura é corroborada pelo Decreto nº 5.154/2004. As Portarias Normativas MEC nº 07 e 17/2009 regulamentaram a oferta de programas de mestrados profissionais e critérios de avaliação. Já mais recentemente, a Portaria MEC nº 389/2017 instituiu as modalidades de mestrado e doutorado profissionais.

Apesar da regulamentação para sua criação e funcionamento, os mestrados profissionais não se desenvolveram como os acadêmicos. Mesmo criados para atender à vasta gama de mercados não abrangidos pelo acadêmico, e apesar da concepção estratégica para o desenvolvimento da economia nacional, os mestrados profissionais enfrentaram impedimentos para se estabelecer (FISCHER, 2010).

Para Fischer, o mestrado profissional teve uma “trajetória difícil, com rejeições explícitas de algumas áreas e dificuldades em ser [reconhecido] e valorizado, talvez, por ser um corpo relativamente estranho no desenho do eixo acadêmico” (FISCHER, 2010, p. 262).

Com a expansão universitária iniciada em 2003, reforçada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007-2012), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior – os mestrados profissionais se fortaleceram, bem como geraram turbulência. Isso por causa das complicações em determinar as diferenças entre a natureza e os componentes estruturais dos cursos acadêmicos e profissionais. Esbarraram nas “práticas e modelos tradicionais” dos mestrados acadêmicos, encontrando ainda problemas de financiamento e estabelecimento de critérios para avaliação (BRASIL, 2010; FISCHER, 2010).

Ainda de acordo com Fischer, o mestrado profissional representa a “forma mais visível de disputas ideológicas entre áreas do conhecimento e entre lideranças acadêmicas que defendem tradições versus inovações como se fossem excludentes, reforçando a inércia estrutural e a hipervalorização do eixo acadêmico” (FISCHER, 2010, p. 265).

Os mestrados profissionais são demandados por pessoas que não se encontram e não pretendem se dedicar às atividades de pesquisa ou docência e estão à procura de atualização e aprimoramento nas áreas em que já atuam. E apesar das diferenças entre o mestrado profissional e o acadêmico, o primeiro está sujeito aos mesmos padrões de qualidade e rigor avaliativo do segundo (CAMILO, 2013; VIANA, 2018).

Um diferencial do mestrado profissional é seu produto final, pois este agrega valor “social ao mercado de trabalho e à comunidade em geral, focando a profissionalização e gestão das mais diversas formas de atividades sociais, empresariais e até culturais” (SILVA, 2017, p. 66).

Apesar dos desafios e dos entraves, o mestrado profissional conseguiu estabelecer-se na grade dos cursos universitários, tanto particulares quanto públicos. Em pesquisa da plataforma Sucupira/Capes, em maio/2019, consta que já são mais de setecentos mestrados profissionais, além dos mais de três mil e quinhentos cursos entre mestrados e doutorados acadêmicos³, totalizando um quantitativo superior a trezentos e sessenta mil alunos entre titulados e matriculados⁴ (CAPES, 2019b).

³ Última atualização em agosto/2018.

⁴ Última atualização em abril/2019.

Quadro 2: Síntese do marco legal, com as respectivas finalidades e ações relacionadas à pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, no período de 1951 a 2019. Brasília, 2019.

Marco legal	Finalidade	Ações e definições à política de formação <i>stricto sensu</i>
Lei nº 1.310/1951	Cria o Conselho Nacional de Pesquisa – atual CNPq.	Promoção e estímulo ao desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no país.
Decreto nº 29.741/1951	Cria a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – atual Capes.	Garantir formação superior para atender às necessidades do mercado, em desenvolvimento no país.
Parecer nº 977/1965	Parecer do CFE em relação à natureza dos cursos de formação de nível superior.	Esclarecimento sobre a natureza e estrutura dos cursos de graduação, especialização e pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Decreto nº 73.411/1974	Cria o Conselho Nacional de Pós-Graduação.	Para regulamentação dessa formação.
Decreto nº 86.791/1981	Extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação.	A Capes recebe a atribuição de coordenar e avaliar a pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Portaria Capes nº 47/1995	Institui o acompanhamento e avaliação dos mestrados destinados à formação profissional.	Normativo para o acompanhamento e avaliação dos mestrados destinados à formação profissional.
Lei nº 9.394/1996	Regulamenta normativos que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional.	Estruturação da educação profissional em nível médio, graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Portaria Capes nº 80/1998	Reconhecimento dos mestrados profissionais.	Reconhecimento dos mestrados profissionais.
Decreto nº 5.154/2004	Regulamenta normativos que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional.	Corroborar a estruturação da educação profissional em nível médio, graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Portarias MEC nº 07 e 17/2009	Regulamentam a oferta de programas de mestrados profissionais e critérios de avaliação.	Regulamentam a oferta de programas de mestrados profissionais e critérios de avaliação.
Portaria MEC nº 389/2017	Institui a modalidade de mestrados e doutorados profissionais.	Institui a modalidade de mestrados e doutorados profissionais.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3.1 Qualificação profissional no âmbito da Universidade de Brasília

Conforme a Lei nº 11.091/2005, uma Instituição Federal de Ensino é um órgão ou uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação que possui por “atividade-fim o

desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão” e que compõe o Sistema Nacional de Ensino (BRASIL, 2005).

A Universidade de Brasília é uma IFE. Compõe o leque de instituições públicas que devem seguir os normativos legais referentes à qualificação profissional e prestar contas por suas ações perante a sociedade e, para isso, “devem responder às diretrizes dessas políticas para melhorar o desempenho de seus servidores e a qualidade dos serviços que prestam à sociedade” (ARAÚJO, N., 2013, p. 17).

Oportuno mencionar que as legislações, devido ao seu caráter geral, são adaptadas às características de cada órgão, fato decorrente da autonomia administrativa e política pertencente às IFEs para proporem, a partir das políticas e diretrizes do governo federal, ações voltadas para seu planejamento interno. Justifica-se assim a importância de se investigar o retorno dessa qualificação profissional para os servidores TAE, para a própria UnB, para o governo e para a sociedade de uma maneira geral.

Para que as organizações se adaptem às rápidas mudanças que ocorrem tanto no ambiente externo quanto no interno, faz-se necessário profissionalizar sua mão de obra para fazer frente a essas transformações. E, para isso, é preciso que seu quadro de funcionários – no caso da administração pública, seus servidores –, seja capacitado constantemente para acompanhar essas frequentes mudanças.

Com uma nova percepção da gestão pública, oriunda principalmente da reforma gerencial, as universidades tiveram que se adequar a essa demanda. Em algumas universidades federais, foram criadas pró-reitorias de gestão de pessoas, que promovem ações direcionadas ao treinamento e desenvolvimento dos servidores. No caso na Universidade de Brasília, essa área está concentrada atualmente na Coordenadoria de Capacitação (Procap), vinculada à Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação (Dcade) do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP). Essa Coordenadoria tem por missão:

[A] atualização dos Recursos Humanos da Instituição, visando à qualidade dos seus serviços, e por princípios a melhoria da qualidade de vida e da qualificação profissional; a adequação do perfil de servidores e colaboradores aos diversos ambientes organizacionais; a valorização da sua participação nos programas desta Universidade e o processo contínuo de treinamento como agente motivador de participação (UNB, 2019b).

A Procap elabora anualmente o Plano Anual de Capacitação (PAC). Esse planejamento representa sua meta de atividades para o ano correspondente. É baseado na Instrução Normativa da Câmara de Gestão de Pessoas nº 01/2016 – que estabelece as normas para a capacitação dos servidores públicos federais em exercício na Fundação Universidade

de Brasília – e esta, por sua vez, é baseada no arcabouço legal apresentado anteriormente neste referencial teórico.

Um dos propósitos da Procap é oferecer aos servidores técnico-administrativos e docentes o acesso a cursos presenciais e a distância, proporcionando a aquisição de competências e atualização de conhecimentos. Visa ainda ampliar e democratizar oportunidades de capacitação, oferecendo treinamentos próximos ao servidor, sem que haja necessidade de retirá-lo de seu ambiente de trabalho, a partir do uso da Internet (UNB, 2019b).

O PAC é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, e “fundamenta-se na busca do setor público pela excelência e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade” (PAC/UNB, 2019a, p. 6).

O plano anual de capacitação dos servidores da Universidade de Brasília é utilizado como norteador das ações de capacitação. Nele são definidos os critérios e metodologias a serem utilizados para o desenvolvimento profissional dos servidores, buscando que estes consigam desempenhar com eficácia as suas competências institucionais em consonância com os princípios da Universidade.

O PAC/UnB fundamenta-se nas premissas da gestão por competências e possui metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atividades dos servidores da instituição. As ações de capacitação dos servidores visam adequar as competências individuais às competências institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo do servidor com foco na efetividade do alcance dos objetivos e metas da UnB, sendo o desenvolvimento dessas competências individuais, condição essencial para a oferta de melhores serviços ao cidadão usuário de serviços públicos (PAC/UNB, 2019a, p. 6).

Esse planejamento relaciona os eventos de aperfeiçoamento e qualificação programados para cada exercício. Os comprovantes de participação nessas ações podem ser utilizados para progressão por capacitação profissional.

A progressão por capacitação profissional representa a mudança de nível de capacitação no mesmo cargo e nível de classificação decorrente de participação em ações profissionalizantes. Há aqui um interstício mínimo de dezoito meses entre uma progressão e outra, no limite de três progressões na UnB para os servidores TAE (BRASIL, 2005).

O nível de classificação refere-se ao conjunto de cargos da mesma hierarquia relacionados às características de escolaridade, nível de responsabilidade, entre outras regras. O nível de capacitação refere-se à posição do servidor na escala dos padrões de vencimento; a movimentação ocorre em decorrência da capacitação profissional após o ingresso no cargo. O

plano de carreira estrutura-se em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), com quatro níveis de capacitação cada (I, II, III e IV) (BRASIL, 2005).

Já a progressão por mérito profissional representa a movimentação para o padrão de vencimento subsequente em decorrência de resultado satisfatório em programa de avaliação de desempenho. Ocorre a cada dois anos de efetivo exercício, observando-se o respectivo nível de capacitação (BRASIL, 2005).

Como benefício motivador para a participação em eventos de aperfeiçoamento e qualificação – instituído por meio do Decreto nº 5.707/2006, art. 10 –, tem-se a licença capacitação, que poderá ser concedida ao término de cada quinquênio de efetivo exercício. É uma licença remunerada, com duração de até três meses, e destina-se à participação do servidor em ações de qualificação profissional.

A licença capacitação corresponde à licença-prêmio, extinta em 1996. A licença-prêmio não era vinculada a uma atividade de capacitação. Já a licença capacitação somente é concedida quando “o curso ou treinamento estiver contemplado no plano institucional de capacitação e o horário do curso inviabilizar o cumprimento da jornada de trabalho” (SANTOS, R., 2015, p. 59).

Outra benesse que estimula a participação dos servidores em ações de capacitação é o incentivo à qualificação. Esse benefício foi instituído pela Lei nº 11.091/2005, art. 11. É atribuído ao servidor que possuir educação formal superior à exigida para o cargo no qual é titular, sendo devido após quatro anos de efetivo exercício no cargo (BRASIL, 2005).

O afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* é outro benefício que possibilita aos servidores incentivo à participação em ações de capacitação que visam à qualificação profissional. Esse afastamento poderá ser concedido ao servidor que estiver em efetivo exercício no órgão há três ou quatro anos, respectivamente, para mestrado e doutorado, atendendo-se a alguns critérios especificados na Lei nº 8.112/1990, seção IV.

Há outra vantagem relativa à dispensa: o horário especial para o servidor estudante. Refere-se a uma redução na jornada de trabalho – havendo a obrigatoriedade de compensação da carga horária – desde que esteja matriculado adequadamente, em instituições reconhecidas pelo MEC, em cursos regulares de 1º, 2º ou 3º graus e supletivos (SANTOS, R., 2015).

Araújo, N. (2013) observa que essas ações para competência profissional são vinculadas às expectativas de resultado, porém, citando Deluiz (1996), propõe que essas ações também devem desenvolver as “competências políticas que permitem uma reflexão crítica

sobre seus direitos e deveres como trabalhador, sua participação nos processos de organização do trabalho, legitimando e reconhecendo seu papel” (ARAÚJO, N., 2013, p. 83).

Todos esses normativos relacionados à capacitação objetivando a qualificação profissional remetem ao desenvolvimento de competências dos servidores para acarretar competências organizacionais.

3 MÉTODO

Para o presente estudo, adotou-se a abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela delimitação do objeto subjetivo dessa investigação, qual seja, as contribuições dos mestrados profissionais à gestão pública, analisadas a partir das dissertações dos egressos dos mestrados profissionais com turmas exclusivas a servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília.

A pesquisa qualitativa é empregada por ser “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Richardson (2017), por sua vez, corrobora a definição de Creswell e complementa que a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 376), a pesquisa qualitativa possui como foco a compreensão e o aprofundamento dos fenômenos que são explorados, partindo-se da perspectiva da população em análise, ou seja, a “forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade”. Os autores ainda reforçam a ideia de que o enfoque qualitativo ocorre sobre um tema pouco explorado.

A pesquisa é exploratória uma vez que se pretende ampliar as informações sobre um objeto do qual se tem pouco conhecimento. Para Creswell (2010), a pesquisa é exploratória no sentido de buscar informações importantes e pouco exploradas a respeito dos fenômenos centrais da investigação. De forma semelhante, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 101) entendem que os estudos exploratórios são realizados quando se busca analisar “um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes”, mantendo-se sobre esses exames a noção de não terem sido analisados ou terem sido pouco explorados em outros estudos.

O enfoque descritivo da investigação se justifica pelo aspecto aprofundativo que se pretende realizar acerca do objeto. Richardson (2017) entende que a pesquisa descritiva é caracterizada pela busca sistemática para relatar a respeito de uma “situação, problema, fenômeno ou programa” (RICHARDSON, 2017, p. 6). De modo similar, Sampieri, Collado e Lucio (2013) consideram que os estudos descritivos buscam relatar a respeito das especificidades dos fenômenos sob análise.

De acordo com as características da pesquisa e os procedimentos empregados para sua realização, o planejamento escolhido foi o estudo de caso. O estudo de caso representa um conceito abrangente. É uma estratégia de investigação onde se explora profundamente “um

programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos” (CRESWELL, 2010, p. 38).

Abrangência essa que engloba as diversas técnicas que podem ser empregadas, bem como as muitas possibilidades de situações a serem investigadas. Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 183) corroboram a multiplicidade de técnicas e situações que compõem os estudos de caso e nos ensinam que esse planejamento possui seus “próprios procedimentos e tipos de desenho”, adaptando-se a todas as modalidades de pesquisa, sejam elas quantitativas, qualitativas ou mistas.

3.1 Delineamento do estudo

O cenário da pesquisa foi a Universidade de Brasília. Os sujeitos foram os servidores técnico-administrativos egressos dos mestrados profissionais, representados pelas dissertações produzidas por eles como produto final das pós-graduações *stricto sensu* ofertadas pela UnB ao seu quadro de servidores.

No âmbito da UnB, vários são os cursos de pós-graduação *stricto sensu* criados ao longo de sua existência, tanto acadêmicos quanto profissionais. Em nova consulta à plataforma Sucupira/Capes, em maio de 2019, constavam oitenta e um mestrados acadêmicos, setenta doutorados e dez mestrados profissionais (CAPES, 2019c).

O foco da pesquisa recaiu sobre os mestrados profissionais que ofertaram turmas exclusivas aos servidores técnico-administrativos vinculados à UnB e a contribuição dessas produções dissertativas à gestão pública.

Foi empreendida pesquisa junto ao Decanato de Pós-Graduação (DPG) para levantamento dos mestrados profissionais desenvolvidos pela UnB e de quais ofertaram turmas exclusivas aos servidores TAE. Partindo-se dessas informações, as buscas concentraram-se nas páginas dos programas para a identificação dos anos das ofertas, dos editais de seleção, das turmas, do número de alunos e da relação nominal dos egressos. A etapa seguinte consistiu na pesquisa junto à página da biblioteca central da UnB, onde se tem acesso ao repositório das teses e dissertações produzidas no âmbito da universidade. A localização das produções foi realizada por meio dos programas de pós-graduação e pela relação nominal dos egressos.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* identificados foram: o Mestrado Profissional em Economia (MPEco), ofertado pelo Departamento de Economia; o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP), ofertado pelo *campus* UnB de Planaltina; e o

Mestrado Profissional em Educação (PPGEMP), ofertado pela faculdade de educação. O objetivo dessas ofertas ao quadro de servidores técnico-administrativos é sua qualificação.

Quadro 3: Mestrados profissionais UnB com turmas exclusivas aos servidores técnico-administrativos, no período de 2011 a 2018. Brasília-DF, 2019.

PPG	Ano	Vagas	Nº de selecionados	Nº de concluintes	Público-alvo	Obs.
MPEco	2011 ⁵		25	21	Servidores TAE	
	2013	30	27	23	Servidores TAE	Edital nº 03/2013
	2015	30	30	25	Servidores TAE	Edital nº 02/2015
	2018	30	29	Em andamento	Servidores TAE	Edital nº 05/2017
PPGP	2013	10	10	10	Servidores TAE	Edital nº 01/2013
	2014	22	22	22	Servidores IF's e TAE	Edital nº 01/2014
	2015	22	22	22	Servidores FNDE, UnB e Público em geral	Edital nº 03/2014
	2016	12	15	15	Público em geral	Edital nº 01/2015
	2017	20	20	14	Público em geral	Edital nº 01/2016
	2018	22	22	Em andamento	Servidores TAE	Edital nº 01/2017
	2019	22	22	Em andamento	Servidores TAE	Edital nº 01/2018
PPGEMP	1sem/2018	25	25	Em andamento	Servidores TAE	Edital nº 2/2017
	2sem/2018	20	20	Em andamento	Ampla concorrência	Edital nº 2/2018
	1sem/2019	34	34	Em andamento	27 servidores TAE, 5 FNDE e 2 ampla concorrência	Edital nº 3/2018
	2sem/2019	35	35	Em andamento	14 servidores TAE, 5 FNDE e 16 ampla concorrência	Edital nº 2/2019

Fonte: Informações obtidas nas páginas do Decanato de Pós-Graduação (DPG), PPGP, PPGEMP, MPEco e junto aos departamentos.

O Mestrado Profissional em Economia (MPEco), com área de concentração em Gestão Econômica de Finanças Públicas, teve sua criação (2011) exclusivamente para atender ao quadro de servidores TAE da UnB. Foi fruto de negociações entre o DGP/Administração Superior e o respectivo departamento (UNB/ECO, 2015).

Já foram compostas quatro turmas. A 1ª turma teve início no 2º semestre de 2011. Foram selecionados vinte e cinco alunos. A 2ª turma iniciou suas atividades no 2º semestre de 2013. Foram selecionados vinte e sete candidatos, dos quais vinte e três concluíram. A 3ª turma teve início no 2º semestre de 2015, com a seleção de trinta pessoas e a conclusão por

⁵ Em relação à turma de 2011, não foi possível o preenchimento total da planilha por impossibilidade de resgate das informações pelo departamento responsável, inclusive do número exato de concluintes.

vinte e cinco delas. A 4ª turma deu início às suas atividades no 1º semestre de 2018. Foram vinte e nove selecionados e ainda está em andamento, com previsão de término para março/2020.

A respeito das turmas de 2013 e 2015, em contato com o departamento responsável, a informação obtida em relação à diferença entre o número de alunos selecionados e o de concluintes deve-se a casos de desistências.

O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP) foi criado em 2013. Possui como área de concentração Gestão Pública e Territórios, com duas linhas de pesquisa: Estado, Território e Políticas Públicas; e Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública. Oferta turmas anualmente (UNB/PPGP, 2019).

As turmas de 2016 e 2017 foram disponibilizadas ao público em geral desde que atendessem às regras dos respectivos editais. A turma 2016 teve um acréscimo no número de selecionados em relação à oferta de vagas. Já para a turma 2017 houve uma diferença no número de concluintes em relação à composição da turma, devido a trancamento e prorrogação.

A turma 2015 é fruto de um acordo de cooperação entre a UnB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo para essa turma ofertada a maioria das vagas (vinte) ao FNDE, uma à UnB e a última ao público em geral.

Em relação à turma 2014, também foi realizado um acordo de cooperação, dessa vez entre a UnB e os institutos federais (IF). A turma foi composta de forma mista entre os servidores dessas instituições. Apesar da similaridade entre elas, a esta pesquisa interessa os anos de 2013, 2018 e 2019, pois a oferta foi exclusiva a servidores da UnB.

Foi realizada análise das dissertações apenas da turma de 2013, pois as turmas de 2018 e 2019 ainda não concluíram o mestrado. A turma 2018 tem previsão para término em março/2020 e a turma 2019, em março/2021.

O Mestrado Profissional em Educação (PPGEMP) foi criado em 2011, com reformulação e redimensionamento nos anos seguintes. Esses ajustes destinaram-se ao atendimento de demandas diversificadas, relacionadas à educação básica, à formação de professores e à manutenção da formação de gestores. Possui áreas de concentração em políticas públicas e gestão da educação, bem como em desenvolvimento profissional e educação. Os campos de pesquisa são, respectivamente, política, gestão, sociedade e cultura; e processos formativos e profissionalidades (UNB/FE, 2017).

A primeira turma selecionada iniciou suas atividades no 1º semestre de 2018 e foi destinada exclusivamente aos servidores TAE da UnB. Atualmente oferta turmas semestrais, sendo que das quatro turmas constituídas, para três delas houve oferta a esse público.

Não foi possível a análise de dissertações desse mestrado profissional devido às turmas ainda estarem em andamento. Porém, fica registrada a destinação para vagas aos servidores TAE. Observa-se assim o interesse da instituição pela qualificação do seu corpo administrativo.

Do exposto, torna-se relevante realizar um diagnóstico das produções dos egressos servidores da UnB no que se refere às contribuições à gestão pública e à relevância social das produções realizadas, haja vista o investimento público realizado na formação desses servidores. Com efeito, elencam-se algumas questões que precisam ser fortalecidas nesses processos educativos e de qualificação profissional para uma maior ênfase nas demandas do interesse público: o combate à tendência de submissão do ensino à lógica do mercado; o desenvolvimento da capacidade crítica e autorreflexiva, com ampliação do entendimento das questões sociais; o fortalecimento de valores inerentes à cidadania, sob a forma de políticas públicas socialmente inclusivas; contribuições à gestão pública que cooperem no avanço da democracia e na redução das desigualdades sociais.

O *corpus* investigativo desta pesquisa é composto por setenta e nove dissertações como trabalho final dos mestrados profissionais. O acesso a essas produções deu-se por meio do repositório institucional da UnB, a partir das listas nominais dos alunos disponibilizadas nas páginas dos programas e/ou após solicitação via contato telefônico/*e-mail* com os departamentos responsáveis pelas pós-graduações. O período correspondeu aos anos de 2011 a 2018, considerando como objeto de análise as dissertações concluídas nesse intervalo de tempo. Assim, a técnica de coleta de dados empregada neste estudo foi a pesquisa documental.

A seguir, apresentamos uma tabela dos programas de pós-graduação com a modalidade profissional que ofertaram turmas exclusivas aos servidores TAE da UnB.

Tabela 1: Consolidação do quantitativo de turmas e das dissertações produzidas pelos egressos técnico-administrativos da UnB, nos mestrados profissionais ofertados pela instituição, 2011 a 2018. Brasília, 2019.

PPG	Turmas	Nº dissertações	%
MPEco (Mestrado Profissional em Economia)	2011	21	26
	2013	23	29
	2015	25	32
	Subtotal	69	87
PPGP Gestão Pública	2013	10	13
	Subtotal	10	13
	Total	79	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa ocorreu em duas etapas interligadas e complementares. Primeiramente, realizou-se um mapeamento dos mestrados profissionais que ofertaram turmas exclusivas aos servidores TAE e das produções dissertativas dos sujeitos desta pesquisa, com análise de conteúdo para extração das categorias principais que emergiram do material, acompanhada da descrição temática dos estudos. Em seguida, analisaram-se os objetivos de relevância social no âmbito das contribuições à gestão pública dessas produções.

3.1.1 Etapa 1 – Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnico-administrativos egressos dos mestrados profissionais da UnB

Uma vez identificadas e organizadas as produções dissertativas, a análise dos dados ocorreu por intermédio da análise de conteúdo. Richardson (2017) entende que a análise de conteúdo é um, entre muitos, dos métodos de pesquisa empregados para análise e interpretação de informações em que se busca extrair significado dessas mesmas informações de maneira confiável, registrando-se todas as etapas para garantir a cientificidade da pesquisa. De acordo com Minayo (2004), a análise de conteúdo é a técnica mais comum empregada para se realizar o tratamento das informações ou dos dados de uma pesquisa qualitativa.

Segundo Vergara (2005), a análise de conteúdo refere-se a uma técnica para tratamento de informações ou dados que objetiva identificar o sentido⁶ existente no que foi exposto sobre um determinado tema.

A técnica da análise dos dados empregada foi a análise de conteúdo baseada em Bardin (2011). Para Bardin (2011, p. 24), citando Berelson (1954), a análise de conteúdo corresponde a “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. A análise de conteúdo busca informações sobre o que está escrito e significado^{7 8} para além das palavras. Adapta-se tanto a pesquisas quantitativas quanto qualitativas.

Ante as definições apresentadas, foi aplicada a análise de conteúdo por ser considerada a técnica oportuna para se extrair inferências a partir das temáticas das produções científicas, que procuraram atender aos objetivos propostos por este estudo.

Um sistema de categorização possui validade quando consegue ser aplicado com exatidão ao conjunto das informações analisadas e ser produtivo em termos de inferências extraídas. A categorização representa a ação de classificar os elementos de um conjunto a partir de informações que os diferenciam. Em seguida, ocorre o reagrupamento das informações com base em características semânticas (categorias temáticas), sintáticas (verbos ou adjetivos), léxicas (sinônimos e/ou similares) ou expressivas. A categorização consiste na organização das informações coletadas na análise dos elementos da pesquisa de forma a se extrair inferências dessas estruturas. A criação de categorias é o ponto principal da análise de conteúdo (BARDIN, 2011; FRANCO, 2012).

As categorias criadas sobre uma determinada pesquisa devem ser exclusivas (cada elemento só pode pertencer a uma categoria), homogêneas (a classificação deve seguir um único princípio de organização), pertinentes (representa a ligação com os objetivos da pesquisa), objetivas e fiéis (a classificação do material deve ser a mesma, caso submetida a outras análises) e produtivas (as inferências produzidas devem ser significativas e relevantes) (BARDIN, 2011).

⁶ Para Franco (2012, p. 13) o sentido refere-se à “atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas”.

⁷ Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 417), significados “são os referentes linguísticos que os atores humanos utilizam para aludir à vida social como definições, ideologias ou estereótipos. Os significados vão além da conduta e podem ser descritos, interpretados e justificados. Os significados compartilhados por um grupo são regras e normas. No entanto, outros significados podem ser confusos ou pouco articulados para que possam ser considerados como tal; mas isso também é informação relevante para o analista qualitativo”.

⁸ Franco (2012, p. 13) entende que o significado de algo “pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significação”.

As pesquisas seguirão etapas para evidenciar seu rigor. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo organiza-se em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. O quadro abaixo descreve como foi realizada cada etapa para análise do *corpus* da pesquisa.

Quadro 4: Descrição das etapas da análise de conteúdo com os respectivos procedimentos realizados no *corpus* investigativo. Brasília, 2019.

Etapas da Análise de Conteúdo	Procedimentos no <i>corpus</i> investigativo
<p>Pré-análise – esta fase representa a organização do material da pesquisa. É nela que ocorre o primeiro contato com o material, a realização das leituras iniciais, a escolha dos documentos que comporão a pesquisa, a elaboração dos objetivos ou hipóteses. Enfim, esta fase reúne as ideias iniciais e a preparação do material.</p>	<p>Após a finalização da fase preparatória onde foram identificados os mestrandos profissionais da UnB, quais ofertaram turmas exclusivas aos servidores TAE, o período das turmas e a relação nominal dos egressos, essas informações foram organizadas em uma planilha. A etapa seguinte consistiu na pesquisa junto à página da biblioteca central da UnB, onde se tem acesso ao repositório das teses e dissertações produzidas no âmbito da universidade. A localização das produções foi realizada por meio dos programas de pós-graduação e pela relação nominal dos egressos. Por essas ações, constituiu-se o <i>corpus</i> da pesquisa e uma leitura inicial foi realizada em cada dissertação para familiarização com os textos e desenvolvimento das ideias iniciais em relação à identificação das temáticas.</p>
<p>Exploração do material – é a fase que requer leituras atentas do material, além de ser a mais longa. É nela que acontece a categorização dos dados. É a fase da “análise propriamente dita” (BARDIN, 2011, p. 131).</p>	<p>Esta fase consistiu em leituras profundas das dissertações que propiciaram, após as sucessivas leituras, a codificação do material (identificação das temáticas) e a elaboração das categorias. As categorias são classificadas como <i>a posteriori</i>, pois foram criadas após a análise das produções científicas.</p>
<p>Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – nesta fase os resultados são apresentados. Os mesmos podem ser expostos por meio de quadros ou outras figuras que demonstrem as condensações do material pesquisado.</p>	<p>Após as leituras que compuseram a fase de exploração do material com a consequente identificação das temáticas e criação das categorias, o arquivo – preparado no Word com os resumos das dissertações – foi submetido ao Iramuteq com o fito de aprimorar as categorias elaboradas com as palavras sintetizadas pelo programa, a título de refinamento e ratificação categorial do <i>corpus</i> investigativo.</p>

Fonte: Bardin (2011).

- **Uso do *software* Iramuteq para confirmação das categorias extraídas**

O Iramuteq é um *software* livre e gratuito e serve como ferramenta de apoio ao processamento de dados na pesquisa qualitativa. Foi desenvolvido pelo *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (LERASS) da Universidade de Toulouse. É um programa, e não um método de análise de dados, que permite análises estatísticas textuais fazendo uma contagem das palavras e, como tal, não exige o pesquisador da tarefa de realizar inferências sobre seus resultados, apenas o auxilia em sua empreitada (IRAMUTEQ, 2019).

Para otimização da análise dos dados, utilizou-se o *software* Iramuteq. Foi organizado um arquivo em formato de texto no Word composto pelos resumos das dissertações, portanto contendo um *corpus* investigativo produzido pelos respectivos autores. Esse arquivo foi submetido ao *software* e as análises estatísticas geradas possibilitaram o aprimoramento e expansão da análise de conteúdo. Objetivou-se, com isso, realizar um cruzamento entre os resultados produzidos pela contagem de palavras do Iramuteq e as categorias extraídas pela pesquisadora. A intenção foi proceder a ratificação de categorias advindas do cruzamento de diferentes *corpora* investigativos (um produzido pela pesquisadora, o outro pelos autores das dissertações), com análises do tipo contraste-aprofundamento. Nesse tipo de investigação, duas amostras são contrastadas de maneira complementar, de forma a ampliar as possibilidades interpretativas (POUPART *et al.*, 2008).

As categorias foram condensadas e grupos temáticos, criados para otimizar a apresentação e compreensão da codificação. Em seguida, realizou-se a comparação da análise de conteúdo realizada manualmente com os resultados do *software*, no intuito de ratificar e ampliar a análise.

3.1.2 Etapa 2 – Análise dos objetivos de relevância social e contribuições à gestão pública das dissertações analisadas

Uma vez realizado o mapeamento dos mestrados profissionais e das produções dissertativas, com extração das categorias empíricas e confirmações com o *software* Iramuteq, passou-se à análise dos objetivos voltados à relevância social desses produtos. Ao final das avaliações, selecionaram-se dez dissertações que se debruçaram sobre o enfrentamento das questões sociais, com conseqüente amparo nos valores sociais como contraponto à instrumentação técnica do capital.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico são desenvolvidas as análises e discussões referentes aos dados. Ele está organizado em duas partes, que correspondem às etapas apresentadas na seção anterior.

4.1 Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnico-administrativos egressos dos mestrados profissionais da UnB

A tabela abaixo apresenta as categorias e os grupos temáticos por mestrado profissional, mantendo-se, na medida do possível, as mesmas categorias de acordo com as temáticas encontradas nos conteúdos das dissertações analisadas.

Tabela 2: Mapeamento e categorização das produções dissertativas dos servidores técnicos egressos dos mestrados profissionais da UnB, segundo programa investigado, categorias e grupos temáticos extraídos, 2011 a 2018. Brasília, 2019.

Categorias extraídas	Grupos Temáticos	Quant.	% Total	% PPG
Mestrado Profissional em Economia (MPEco)				
Gestão universitária, hospitalar e servidor público	Gestão bibliotecária, discentes, recursos ensino superior, expansão universitária, programas de graduação e pós-graduação.	17	21,5	24,6
	Gestão da estrutura organizacional, bens, materiais, administrativa e financeira.	19	24,1	27,5
	Análise de indicadores.	2	2,5	2,9
	Equipamentos hospitalares e a incorporação de novas tecnologias, gestão dos resíduos do serviço de saúde, impactos financeiros e econômicos da pesquisa médica, eficiência e produtividade dos hospitais universitários federais.	4	5	5,8
	Endividamento por empréstimo consignado, impacto salarial decorrente de pós-graduação <i>stricto sensu</i> profissional.	2	2,5	2,9
Especificidades relativas à educação	Desigualdade de oportunidades educacionais, assistência estudantil, contribuição previdenciária por nível de escolaridade, relação entre educação, renda e desenvolvimento regional.	10	12,7	14,5

Categorias extraídas	Grupos Temáticos	Quant.	% Total	% PPG
Política econômica, orçamentária, fiscal, de transferência de renda, ambiental e CF/88	Financiamento habitacional, indicadores da atividade do comércio, rentabilidade bancária, despesas públicas nos ciclos políticos, custos de transação, microcrédito produtivo, financiamento universitário, controle interno das finanças públicas, transparência orçamentária, gerenciamento do resultado primário.	12	15,2	17,4
	Impacto do Programa Bolsa Família para redução da pobreza, eficácia da política ambiental brasileira, aspectos sociais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).	3	3,8	4,4
	Subtotal MPEco	69	87,3	100
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP)				
Gestão universitária	Gestão discentes e programas de pós-graduação.	2	2,5	20
	Gestão da estrutura organizacional, pessoas, bens, administrativa.	6	7,6	60
Especificidades relativas à educação	Análise de indicadores.	1	1,3	10
	Assistência estudantil.	1	1,3	10
	Subtotal PPGP	10	12,7	100
	TOTAL	79	100	100

Fonte: Elaborado pela autora.

As categorias foram criadas com base nos grupos temáticos, respeitando as noções gerais de cada um. Já os grupos temáticos foram gerados partindo-se da similaridade entre os temas extraídos dos conteúdos das dissertações analisadas.

4.1.1 Gestão universitária, hospitalar e servidor público

As produções abrangem vários setores e demonstram a variedade de problemas com que uma instituição universitária lida em seu cotidiano. É significativa a preocupação com a eficiência econômica observada nos estudos. Mesmo empregando diferentes expressões, como eficiência econômica, eficiência do gasto público, impactos econômicos ou qualidade do gasto público, denotou-se a mesma intenção de investigação: a eficiência da gestão econômica dentro da universidade federal (AZEVEDO, 2015; MELONIO, 2017; SANTOS, T., 2015; SILVA, A., 2015; SOARES, K., 2017; VILLELA, 2017).

Outro fator observado também se relaciona à eficiência. Porém, as investigações debruçaram-se sobre a eficiência dos programas de graduação e/ou pós-graduação ou dedicaram-se a examinar a gestão por meio de análises decorrentes da utilização de indicadores de outros órgãos como TCU⁹, MEC e Inep¹⁰. Essas instituições realizam avaliações sobre determinados aspectos do âmbito universitário com objetivo de mensurar a eficiência e qualidade para fins de liberação de recursos orçamentários (BOYNARD, 2013; FALQUETTO, 2017; PENA GONZALEZ, 2017; MIRANDA, 2013; NEPOMUCENO, 2017; SOARES, H., 2017).

Deve-se mencionar a influência sobre as temáticas dessas pesquisas devido ao que estava ocorrendo no país no período: a expansão universitária estimulada pelo programa de reestruturação e expansão das universidades federais. Programa do governo federal, executado pelo Ministério da Educação, que teve como objetivo aumentar a oferta de vagas, reduzir as taxas de evasão e estimular a ocupação de vagas ociosas (BRASIL, 2010).

Algumas pesquisas referiram-se diretamente à questão da expansão universitária. Houve investigações relacionadas especificamente ao programa REUNI e seus desdobramentos no âmbito universitário (OLIVEIRA, H., 2013; TEIXEIRA, 2013).

Esse bloco engloba estudos que investigaram questões diversas do ambiente universitário, que não se restringiram apenas a questões financeiras. Há pesquisa que se ateu a analisar a qualidade do ensino relacionado ao espaço físico e à infraestrutura da UnB, e outra que analisou o funcionamento de um determinado setor com sugestão de intervenção na estrutura organizacional (DOURADO JÚNIOR, 2016; PINTO, 2013).

As investigações não se limitaram ao universo de questões administrativas e financeiras relacionadas ao Ensino Superior. Elas recaíram também sobre as problemáticas discentes. Nessa linha, houve estudos que se concentraram em averiguar o retorno financeiro proporcionado pela remuneração dos egressos de graduação; analisar a qualidade das bibliotecas universitárias e explanar sobre sua importância no ambiente de ensino, pesquisa e extensão; pesquisas que buscaram verificar a origem do público discente que compunha a comunidade universitária; investigar os índices e as causas da evasão universitária, bem como o sistema de cotas para negros e a empregabilidade dos egressos. Realizou-se exames focados na importação de tecnologia e no desenvolvimento tecnológico dentro do ambiente universitário (BEÚ, 2015; CARVALHO, 2017; COELHO, 2017; MARQUES, 2015; MIRANDA JÚNIOR, 2017; NERES, 2015; OLIVEIRA, 2018; RODRIGUES, 2017; SILVA, 2013).

⁹ Tribunal de Contas da União.

¹⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Estudos foram desenvolvidos a respeito da gestão de compras. Abrangeram exames relativos à execução de compras e à eficiência das aquisições que se submetem às regras da legislação licitatória, verificando-se inclusive questões atuais, como a sustentabilidade nos processos licitatórios (CAMPOS, 2013; GOMES, 2017; OLIVEIRA, M., 2015; ROCHA, 2015; SARDINHA, 2017).

A gestão patrimonial também foi abordada, com a problemática que envolve os agentes patrimoniais, a responsabilidade pela guarda dos bens e avaliação para um melhor retorno financeiro sobre os imóveis que compõem o patrimônio universitário (BARBOSA, 2015; NUNES, 2015).

Foram realizadas investigações que contemplaram aspectos administrativo-financeiros relacionados à adoção de *software* livre e à administração dos custos invisíveis que podem ser danosos ao orçamento de uma instituição; análises sobre o retorno proporcionado pelas políticas de capacitação adotadas e pelos gastos com diárias e passagens para a educação de servidores docentes e TAE; estudos pertinentes à comissão de ética, à gestão de resíduos sólidos por meio da coleta seletiva, à adoção de um novo sistema tecnológico para a gestão documental ou de novos processos administrativos e organizacionais (BEZERRA, 2015; CARVALHO, 2015; MOURA, M., 2017; NASCIMENTO, 2017; OLIVEIRA, F., 2013; SANTOS, R., 2015; SILVA, JOELDER 2015; SOUSA, 2015).

Houve averiguações que ultrapassaram os “muros” da universidade e buscaram refletir a respeito das contribuições à comunidade, tanto interna quanto externa, quando realizaram análises sobre os setores de comunicação dentro da universidade e apontaram suas fragilidades no intuito de, além de detectá-las, sugerir melhorias. A interação entre o mercado empresarial e a universidade com foco na inovação tecnológica e a análise da eficácia sobre o programa de extensão de idiomas – o UnBI idiomas – também foi objeto de estudo (ABAD, 2015; PORTELA, 2015; OLIVEIRA, R., 2015).

Alguns exames chegaram inclusive à esfera dos contratos administrativos relativos à terceirização no geral ou em casos específicos, como nos contratos dos serviços de limpeza, vigilância e do restaurante comunitário. Averiguações referentes aos gastos com os contratos em si, com a fiscalização e com a precarização da mão de obra (COTA, 2017; FERREIRA, M., 2017; FREITAS, 2017; LIMA, 2017).

A dimensão “gestão universitária” demonstrou a grande diversidade de problemas que o ambiente universitário enfrenta constantemente, evidenciando a necessidade de pesquisas que os descrevam, analisem e sugiram melhorias.

Outra questão observada sobre a variedade temática constatada nessa primeira dimensão analisada é o alinhamento das pesquisas a objetivos dos mestrados profissionais que se referem, entre outros, ao aprimoramento da “eficácia e eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados” (BRASIL, 2017).

A dimensão “gestão hospitalar” remete a pesquisas de um setor específico do âmbito universitário: os hospitais universitários federais (HUF). No caso do Hospital Universitário de Brasília (HUB), ele é vinculado, mas não mais subordinado, à gestão universitária da UnB. Atualmente, a gestão do HUB compete à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública vinculada ao MEC (EBSERH, 2011).

Os estudos ora focaram no Hospital Universitário de Brasília, ora relacionaram-se a outros hospitais universitários federais para desenvolver investigações relativas: à eficiência e produtividade dos HUFs; à gestão dos resíduos do serviço de saúde gerados nos ambientes desses HUFs; bem como aos impactos econômicos e sociais decorrentes dos dispêndios com pesquisas médicas e da incorporação de equipamentos médicos e hospitalares mais modernos (BORBA JÚNIOR, 2015; GREGÓRIO, 2017; SILVA, JOSÉ 2015; VIEIRA, 2015).

A dimensão “servidor público” refere-se a estudos que buscaram analisar questões financeiras relativas a esse público. Foram desenvolvidas investigações sobre o nível de endividamento do servidor da UnB, considerando-se a conjuntura econômica do lapso temporal definido, bem como o impacto salarial decorrente da realização de um mestrado profissional ofertado exclusivamente ao quadro de servidores TAE da UnB (SOUZA, 2015; SILVA, 2017).

Esse bloco de categorias possui os grupos temáticos de mais da metade do *corpus* investigativo. Representa o interesse dos autores em investigar situações relacionadas ao seu órgão de atuação: a universidade federal, seja uma análise geral ou específica. Trata-se de uma análise geral quando examina uma problemática em diversas universidades federais, sendo que algumas vezes realiza comparações com a instituição onde atua. A análise específica ocorre quando a pesquisa se concentra em uma única instituição.

4.1.2 Especificidades relativas à educação

Essa categoria é composta por estudos que se debruçaram sobre as mudanças que podem ocorrer na economia de uma região por influência do nível de escolaridade de sua população, inclusive formação de nível superior, bem como transformações no nível

individual, influenciando a contribuição previdenciária, no retorno à renda e na ascensão social. Realizaram-se ainda investigações relativas à desigualdade de acesso e às questões que envolvem a assistência estudantil ao/no Ensino Superior (ALVES, 2017; ARAÚJO, E., 2013; COSMO, 2013; COSTA, 2013; FERREIRA, W., 2017; LIMA, 2015; LUCAS, 2013; MENDES, 2015; QUEIROZ, 2015; SAMARCOS NETO, 2013; SILVA, 2016).

O segundo bloco de categorias direciona-se a alguns aspectos específicos do universo da educação. Engloba pesquisas relacionadas ao ensino de forma geral. Aspecto semelhante observado entre as investigações é a influência que o ensino exerce sobre a vida das pessoas e da sociedade.

4.1.3 Política econômica, orçamentária, fiscal, de transferência de renda, ambiental e CF/88

O terceiro bloco de categorias envolve questões amplas, de abrangência nacional. Relaciona temáticas econômicas a respeito de indicadores para a atividade comercial, rentabilidade bancária, financiamento habitacional, custos de transação com foco no setor público e microcrédito como incentivo à criação de emprego e renda para alavancagem da economia local e nacional. Inclusive realizaram-se exames das despesas públicas durante os períodos eleitorais (DOMINGUES, 2015; MATTOS, 2013; NIMER, 2012; RODRIGUES, 2015; SALES, 2013; VARGAS, 2015).

A dimensão orçamentária engloba estudos de espectro geral relativos ao repasse de recursos financeiros para o financiamento do Ensino Superior público no Brasil e ao investimento em tecnologia para aperfeiçoar a transparência do sistema orçamentário federal, além da verificação da importância do controle interno das finanças públicas (BLOCH, 2013; GONÇALVES, 2013; MOURA, L., 2017; OLIVEIRA, G., 2013; SANTOS, 2013).

As demais dimensões – fiscal, de transferência de renda, ambiental e Constituição Federal de 1988 – abrangem, respectivamente, estudos referentes a questões nacionais, como a análise:

- da política fiscal em relação à transparência fiscal no gerenciamento primário de empresas estatais federais (PAGANOTTO, 2015);
- do impacto do Programa Bolsa Família para a redução da pobreza (COSTA, 2015);
- da eficácia da política ambiental em relação à apuração de danos e crimes ambientais (OLIVEIRA, D., 2015);

- de aspectos sociais da Constituição Federal de 1988, considerando o modelo de Estado (BANDEIRA, 2013).

Em sua maioria, pode-se observar nas pesquisas a preocupação com as temáticas particulares da UnB e do ambiente universitário, pretendendo-se muitas vezes mensurar eficiência e impacto, o que evidencia a busca por soluções de problemas – que é uma característica marcante em mestrados profissionais. Porém, os estudos não se restringiram apenas à UnB e ao ambiente universitário, abordaram também aspectos gerais – sejam educacionais, políticos, sociais, econômicos, ambientais ou outros – que se propuseram a analisar questões a nível nacional.

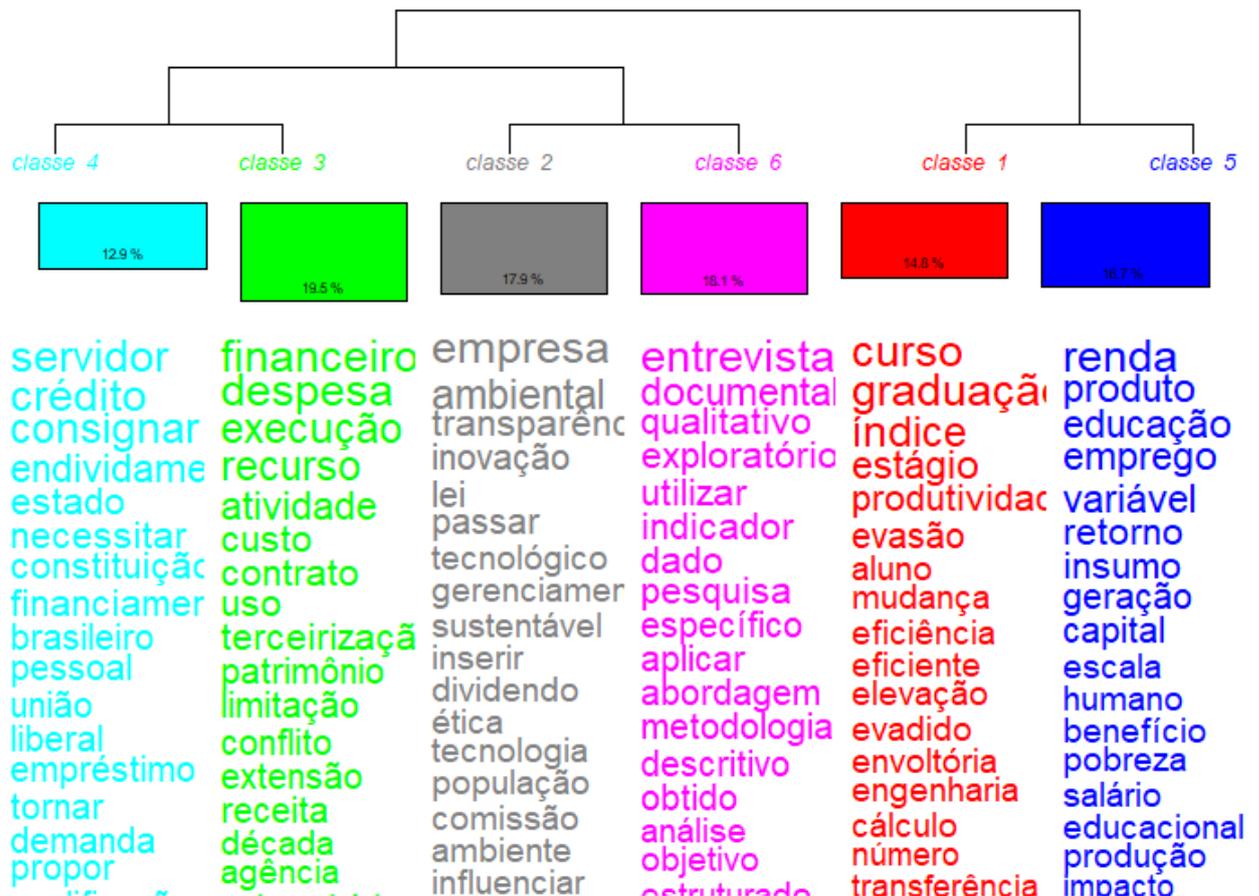
4.1.4 Confirmações e cruzamentos das categorias extraídas do material com os resultados do software Iramuteq

O Iramuteq realiza análises pela frequência de palavras. As dez palavras do *corpus* investigativo submetido a essa plataforma com maior incidência foram: estudo, pesquisa, resultado, análise, eficiência, programa, objetivo, dado, gestão e universidade.

Algumas dessas palavras remetem a características dos estudos em geral, outras à categoria à qual se refere a maior parte do *corpus*: gestão universitária. Isso corrobora as inferências anteriores, relativas ao produto dos trabalhos finais dos mestrados profissionais, em relação à tendência de se desenvolver investigações a respeito de problemáticas do ambiente de atuação laboral.

O *software* também produz seu próprio agrupamento de palavras pela similaridade entre elas (Dendrograma – Figura 1).

Figura 1: Dendrograma



Fonte: Iramuteq (2019).

Realizou-se uma agregação que resultou em seis classes. As três palavras com maior ocorrência em cada classe estão dispostas no quadro abaixo, as quais confirmam as categorias extraídas manualmente do material. Porém, a associação entre as classes realizada pelo programa diverge dos grupos temáticos criados pela pesquisadora, pontuando-se que a contribuição refere-se às classes geradas, e não ao agrupamento entre elas.

Quadro 5: Comparação das classes de palavras extraídas pelo *software* com as categorias extraídas do material analisado. Brasília, 2019.

Classes de palavras extraídas do Iramuteq	Categorias extraídas do material
Classe 1 – curso, graduação e índice (14,8%). Classe 4 – servidor, crédito e consignar (12,9%).	Gestão universitária, hospitalar e servidor público (67%).
Classe 2 – empresa, ambiental e transparência (17,9%). Classe 3 – financeiro, despesa e execução (19,5%).	Política econômica, orçamentária, fiscal, de transferência de renda, ambiental e CF/88 (19%).
Classe 5 – renda, produto e educação (16,7%).	Especificidades relativas à educação (14%).

Fonte: Iramuteq (2019).

As classes 1 e 4 ratificam a categoria da gestão universitária e servidor público. As classes 2 e 3 corroboram a categoria referente à política econômica, orçamentária, fiscal e ambiental. Já a classe 5 autentica a categoria da política educacional. Por sua vez, a classe 6 (entrevista, documental, qualitativo – 18,1%) não homologa nenhuma das categorias criadas pela autora, pois relaciona-se a características gerais das produções científicas.

As diferenças de percentuais entre as classes geradas pelo Iramuteq e as categorias extraídas pela análise temática podem ser em razão das informações empregadas. No *software* foram utilizados os resumos das dissertações. Os resumos contêm, de forma sintetizada, as principais informações das partes que compõem as dissertações: introdução, metodologia, resultados e conclusões. A análise realizada para a categorização considerou: resumo, introdução, resultados e conclusões, porém, restritos à abordagem das temáticas e não em relação ao alcance e/ou atingimento dos objetivos propostos (resultados) e da metodologia empregada em cada dissertação.

Por último, comentar-se-á da nuvem de palavras (Figura 2) – apresentação gráfica também baseada na frequência de palavras. Nela, o tamanho dos vocábulos varia de grande a pequeno, de acordo com a incidência deles.

Figura 2: Nuvem de palavras



Fonte: Iramuteq (2019).

Em um primeiro momento, a análise se repetiria com a inferência inicial produzida. Porém, pode-se constatar, pela observação dessa imagem, termos menores, então de baixa ocorrência, que remetem às poucas produções consideradas como sendo de relevância social. São vocábulos como: social, renda, estado, político e Brasil. O que pode indicar que as pesquisas produzidas em mestrados profissionais não se restringem a problemas dos locais de trabalho, ainda que sejam a maioria.

4.2 Objetivos de relevância social e contribuições à gestão pública das dissertações analisadas: exemplaridades

Uma observação que se pode fazer sobre as análises das dissertações é que todas trazem sua parcela de contribuição por discutirem aspectos, em menor ou maior escala, de interesse social. Todavia, algumas dessas produções se destacaram por abordarem concepções de desigualdade social e cidadania, ampliando e elevando o patamar de relevância social desses produtos devido à conscientização para com as vulnerabilidades sociais.

Entre os setenta e nove trabalhos do *corpus*, uma vez analisados segundo os parâmetros previamente definidos neste estudo (quadro 5), dez dissertações se sobressaíram de acordo com as considerações anteriores e conforme mostra a tabela 3, abaixo.

Tabela 3: Dissertações dos servidores técnico-administrativos defendidas nos programas de pós-graduação em economia e gestão pública, da UnB, com maior destaque nas questões de relevância social e contribuição à gestão pública, 2011 a 2018. Brasília, 2019.

PPG	Dissertações com destaques para a relevância social e contribuições à gestão pública	Parâmetros preponderantes	(%) Total	(%) PPG
MPEco	Alves, 2017; Bloch, 2013; Costa, 2013; Costa, 2015; Domingues, 2015; Ferreira, M. 2017; Lima, 2015; Queiroz, 2015	Pesquisas que abordem questões relacionadas a processos de vulnerabilidades sociais como desigualdades sociais e ampliação da cidadania;	8 (10,2)	(12)
PPGP	Beú, 2015; Silva, 2016		2 (2,5)	(20)
		Total	10 (12,7)	(32)

Fonte: Elaborado pela autora.

A relevância social justifica-se pois os estudos (Quadro 6) procuraram:

(1) Relacionar Ensino Superior à renda e à mobilidade econômica. Investigar as barreiras de acesso ao Ensino Superior decorrentes de aspectos relativos à origem dos estudantes e como o Ensino Superior pode ser um agente de transformações sociais ao proporcionar o equilíbrio de oportunidades educacionais (COSTA, 2013).

(2) Debruçar-se sobre a necessidade de investimentos em tecnologia da informação e comunicação para aprimoramento da transparência do orçamento público brasileiro, possibilitando assim maior interatividade, interesse, compreensão e controle por parte da população. Isso proporcionaria a democracia e o exercício da cidadania sobre as decisões do governo nas aplicações de recursos públicos. Para isso, reforça a proposta de criação do Orçamento-Cidadão – documento componente da plataforma do Governo Eletrônico (E-GOV) (BLOCH, 2013).

(3) Realizar uma revisão de literatura relacionando as temáticas de desigualdades de oportunidades em educação e a mobilidade intergeracional. Discutir os processos sociais exclusivos que atravessam gerações e apontar contribuições para solucionar essas disparidades por meio da educação (LIMA, 2015).

(4) Efetuar uma análise sobre o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo com intuito de apurar sua real contribuição para a redução da pobreza e elaborar sugestões para seu aprimoramento. O foco é na Região Nordeste por esta apresentar um índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da média nacional (DOMINGUES, 2015).

(6) Analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza, em um período de tempo determinado, e assim propor contribuições a essa política pública. Trata-se de um programa social, integrante de políticas de transferência de renda para combate e redução da pobreza, com aspectos relacionados à saúde e educação, que finda por reduzir as desigualdades sociais (COSTA, 2015).

(8) Proceder a uma análise sobre o processo de terceirização no mercado de trabalho. Esse exame parte do setor privado e chega ao público, com recorte nos contratos de terceirização de limpeza e vigilância da UnB. Investigar os impactos da precarização do trabalho por meio da terceirização. Realizar um paralelo entre os trabalhadores terceirizados e os servidores do quadro que desempenham os mesmos cargos. Debater a respeito da exploração do trabalhador por meio da intensificação do trabalho, do aumento da jornada, da redução salarial e da elevação das taxas de rotatividade (FERREIRA, M., 2017).

(10) Examinar o acesso da população negra à pós-graduação *stricto sensu*, especificamente à criação de cotas nas seleções de mestrado e doutorado no âmbito da UnB.

No Plano Nacional de Educação há o estímulo a essa ampliação das cotas, mas não há a obrigatoriedade. No estudo, comenta-se que a UnB foi pioneira, em nível federal, ao implantar as cotas na graduação, porém é omissa em relação às pós-graduações *stricto sensu*. Há alguns casos isolados de cursos que já reservam uma porcentagem das vagas a esse público, demonstrando uma tendência de adesão. São tecidas sugestões para solucionar essa lacuna na UnB. Ao final, é constatado que, no geral, as ações afirmativas ao acesso da população negra ao Ensino Superior estão consolidadas sob a perspectiva do Ensino Superior brasileiro (BEÚ, 2015).

Por fim, três investigações analisaram o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Elas trazem como informação que o PNAES é um programa de distribuição de renda para redução das desigualdades sociais e desenvolvimento nacional. Destina-se a estudantes de baixa renda, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele amplia as condições de permanência e conclusão do Ensino Superior, evitando a evasão. Promove a inclusão social por meio da educação (ALVES, 2017; QUEIROZ, 2015; SILVA, 2016).

Os estudos buscaram:

(5) Contribuir com as políticas públicas existentes para a distribuição de recursos orçamentários destinados a estudantes vulneráveis economicamente, desenvolvendo exames dos programas de auxílio no âmbito da UnB (QUEIROZ, 2015).

(7) Identificar os discentes, no âmbito da UnB, que manifestaram interesse em serem contemplados pelo PNAES, em um determinado período de tempo, com intuito de traçar o perfil desses estudantes, relacionando suas características e similaridades. Partindo dessas informações, foram tecidas sugestões de contribuição ao programa (ALVES, 2017).

(9) Avaliar a efetividade das ações da assistência estudantil ligadas ao PNAES com intuito de subsidiar na identificação e mitigação de lacunas e sugerir reformulações no acompanhamento e implementação dos benefícios (SILVA, 2016).

Quadro 6: Descrição sumária das dissertações que se destacaram pelas contribuições à gestão pública e relevância social dos seus resultados, MPEco e PPGP/UnB, 2011 a 2018. Brasília, 2019.

Título/Referência	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
1) Ensino Superior: instrumento de mobilidade econômica? Uma análise da experiência da UnB (COSTA, 2013)	Verificar se as características de origem dos indivíduos impactam a sua aprovação na UnB.	Estudos documentais, bibliográficos e contatos diretos com as áreas.	Ao contrário do que preconiza a Teoria do Capital Humano, o Ensino Superior, por si só, não é capaz de promover desenvolvimento econômico e mobilidade, uma vez que existem barreiras no acesso a esse nível de ensino decorrentes das características de origem dos estudantes. O Ensino Superior, nesses termos, confirma a origem do indivíduo em vez de ser um instrumento eficaz de mudança da sociedade.
2) Orçamento público brasileiro: a tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de transparência e publicação do orçamento-cidadão (BLOCH, 2013)	Propor sugestões de medidas para o Estado brasileiro aperfeiçoar seus indicadores de transparência orçamentária com foco principalmente nos investimentos diretos em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.	Pesquisa exploratória em torno de referências bibliográficas da área jurídica, de ciência política e de tecnologia da informação.	Sugeriu-se a emissão do orçamento-cidadão e propôs-se a criação de um percentual próprio de investimentos para a área de TIC dentro dos programas e projetos definidos no orçamento da União.
3) Desigualdades de oportunidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil (LIMA, 2015)	Revisar a literatura sobre as pesquisas em andamento relacionadas à desigualdade de oportunidades educacionais e quais efeitos elas podem gerar na sociedade e nos resultados econômicos.	Revisão de artigos científicos que abordam a definição do que a igualdade de oportunidades na educação poderia significar, seus vínculos com a mobilidade intergeracional e como ela é diretamente afetada e, por fim, como a desigualdade de oportunidades pode ser medida.	O Brasil ainda carece de boas bases para seus três níveis de educação. É o momento certo para começar a repensar quais estratégias de educação podem ser adotadas, a fim de prever os benefícios que as ações de hoje promoverão no futuro no que diz respeito à mobilidade intergeracional, crescimento econômico e disparidades nas oportunidades educacionais.

Título/Referência	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
4) Microcrédito produtivo como instrumento de redução da pobreza: uma avaliação da experiência do Nordeste brasileiro (DOMINGUES, 2015)	Avaliar o aspecto social do programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado analisando qual a sua real contribuição para a diminuição da pobreza.	Investigação dos efeitos das variáveis selecionadas sobre a variável dependente que é o percentual de pobreza da Região Nordeste.	A análise dos dados pesquisados não permite afirmar que há uma significativa redução da pobreza unicamente por meio do microcrédito.
5) O Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade de Brasília (QUEIROZ, 2015)	Analisar na perspectiva econômica o PNAES na UnB.	Estudo de caso	Detectou-se que os recursos e números de benefícios distribuídos e financiados pelo PNAES não estão de acordo com o preceito do IDH.
6) Bolsa Família: avaliação do impacto do programa sobre a pobreza no Brasil (COSTA, 2015)	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza no Brasil.	Elaboração de um modelo econométrico para explicar a variação da pobreza nos municípios brasileiros.	O programa conseguiu reduzir burocracias, criando mais facilidade no controle dos recursos e trazendo mais transparência ao programa. Porém, sozinho, não conseguiu garantir a autonomia dos indivíduos, que mesmo recebendo o benefício, continuam incapazes de superar alguns problemas relacionados a saúde, moradia, trabalho, entre outros que afligem a população mais vulnerável, o que demonstra que, para cumprir o seu objetivo, o programa precisa ser conduzido em conjunto com outras ações.
7) Mapeamento dos graduandos com intenção de participar do programa PNAES na Universidade de Brasília (2011-2016) (ALVES, 2017)	Fazer um mapeamento dos alunos que manifestaram interesse em se beneficiar dos auxílios proporcionados pelo PNAES através da UnB.	Estudo de caso	O auxílio é necessário e supre em certa medida a carência de alunos provenientes de uma sociedade desigual. Tem-se a possibilidade de aprimoramento do programa visto que aproximadamente um terço dos estudantes analisados estão aquém da média observada para o Índice de Rendimento Acadêmico de seu respectivo curso. Acredita-se que a revisão do programa e adoção de novas técnicas de acompanhamento e seleção possam proporcionar a um número maior de graduandos possuidores de baixa renda um desempenho acadêmico próximo ou acima da média do curso, contribuindo mais profundamente para a formação desses alunos.

Título/Referência	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
8) Terceirização no setor público: estudo de caso na Fundação Universidade de Brasília (FERREIRA, M., 2017)	Entender o fenômeno da terceirização no setor público, apesar de este não visar a lucro, centrado nos segmentos terceirizados de limpeza e vigilância, da UnB.	Estudo de caso na UnB nesses dois setores, utilizando o instrumental de Marx, mais especificamente, do conceito de mais-valia como base da formação do lucro, que consiste no principal objetivo da sociedade capitalista.	A terceirização é uma forma encontrada para aumento de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa através da precarização do trabalho, com aumento da jornada, diminuição dos salários e aumento da rotatividade.
9) Avaliação e importância dos programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília – UnB (SILVA, 2016)	Analisar a assistência estudantil na UnB.	Aplicação e análise de questionários respondidos por estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UnB, empregando os métodos: estatística descritiva, análise de <i>cluster</i> e análise de regressão múltipla.	Em geral, todos os programas de assistência estudantil da UnB apresentaram alguma deficiência no aspecto conhecimento ou na sua qualidade, podendo ser aprimorados pelo setor responsável; além disso, desses programas, os que oferecem algum recurso financeiro direto receberam sugestões para a atualização do valor e críticas aos constantes atrasos no pagamento.
10) Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação: aprofundando a questão da Universidade de Brasília (BEÚ, 2015)	Analisar as ações de ampliação ao acesso da população negra a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UnB.	Análise de conteúdo aplicada para analisar as entrevistas e análise documental, complementar à análise de conteúdo, permeia por todos os objetivos específicos.	As ações afirmativas ao acesso da população negra ao Ensino Superior estão consolidadas sob a perspectiva do Ensino Superior brasileiro.

Fonte: Dissertações PPGP e MPEco.

Constata-se que mesmo sendo poucos os estudos classificados como sendo de relevância social, pode-se verificar sua existência dentro do *corpus*, apesar da tendência de analisar questões pertinentes e relacionadas ao ambiente de trabalho. Evidencia-se, mesmo que com pouca proporção quantitativa, que em algumas pesquisas os indivíduos demonstraram visão reflexiva e crítica sobre questões que afligem a sociedade, bem como reflexões acerca das desigualdades sociais que orbitam no ambiente universitário.

Outro fator a ser observado é em relação aos programas. Apesar de o PPGP possuir menos produções classificados como sendo de relevância social, essa quantidade percentualmente é maior que as produções do MPEco, fato que pode atribuir-se às linhas de pesquisa dos programas de cada mestrado profissional ou ao conjunto de formações dos

docentes que compõem os programas, bem como à própria composição das turmas do PPGP, que não se restringiram ao quadro dos servidores TAE e ao ambiente universitário.

Todos os estudos contribuíram, de alguma forma, para a sociedade, pois demonstraram a diversidade de problemas existentes na vida social, seja em um ambiente universitário ou não, e a importância de eles serem evidenciados, analisados e discutidos no intuito de se notabilizar as deficiências e sugerir melhorias e soluções na condução dessas temáticas, enriquecendo as discussões e o possível aprimoramento de gestão e políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela presente pesquisa, efetuou-se uma análise sobre as produções científicas geradas em decorrência das pós-graduações *stricto sensu* profissionais realizadas no âmbito da Universidade de Brasília e ofertadas ao seu quadro de servidores técnico-administrativos.

Especificamente, a averiguação recaiu sobre as dissertações elaboradas como produto final para a obtenção do título de mestre. O objetivo de se examinar esse material foi investigar a contribuição dessas produções à gestão pública e quais se destacaram por serem relevantes socialmente. Conclui-se que todas as produções dissertativas analisadas colaboraram para a gestão pública, pois os assuntos demonstraram as adversidades investigadas e geraram contribuição à evidenciação e problematização das temáticas existentes em torno da gestão pública. Ademais, algumas se destacaram por apresentarem aspectos de relevância social, abordando questões relativas a desigualdades sociais e ampliação da cidadania.

Essas investigações, por evidenciarem alguns dos diversos contratemplos que a gestão pública enfrenta constantemente, inclusive no âmbito universitário, justificam o investimento econômico nesses cursos, e por que não dizer social, por contribuírem na demonstração de questões que envolvem a sociedade como um todo, direta ou indiretamente. Em geral, produziram análises que podem colaborar para a minoração e/ou solução de problemas e consequente aprimoramento de políticas públicas.

As aplicações de recursos públicos em mestrados profissionais precisam ser amparadas por produtos significativos, que contribuam para a gestão pública, justamente por apontar dificuldades em várias situações que muitas vezes os gestores não conseguem identificar e/ou resolver sozinhos por razões diversas, principalmente devido à infinidade de contrariedades enfrentadas constantemente.

Foi notória a atenção dispensada a resultados, pois muitos estudos dedicaram-se a avaliar, verificar qualidade, impactos, efeitos, retorno, eficácia, eficiência e produtividade de situações diversas, principalmente no âmbito universitário.

Assim, partindo-se do problema motivador deste estudo – Quais as contribuições para a gestão pública das dissertações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores técnico-administrativos – foi atingido o objetivo geral de realizar um diagnóstico situacional em relação à colaboração desses produtos para a gestão pública.

Alcance também proporcionado pela consecução dos objetivos específicos. Entre eles, as ações relativas ao mapeamento dos mestrados profissionais ofertados pela Universidade de Brasília ao seu quadro de servidores TAE e das produções científicas.

Na seção reservada à apresentação e discussão dos resultados, realizou-se a análise da contribuição desse material em relação à investigação de problemas da instituição que os fomenta, bem como na identificação das produções consideradas como sendo de relevância social.

A especificidade da pesquisa foi realizar esse apanhado das percepções dos autores em relação a problemas por eles enxergados e que se propuseram a investigar, contribuindo assim com as discussões para sua redução e/ou solução, o que gera benefícios à instituição em que atuam, à gestão pública e à sociedade.

A relevância da investigação está em proporcionar as análises oriundas das produções científicas elaboradas como trabalho final dos mestrados profissionais em questão. Reflexões essas enriquecidas pela diversidade temática e pelo conhecimento gerado por esses cursos que findam por auxiliar na relação entre as universidades com o setor público e com a sociedade.

A contribuição do estudo foi a realização de um exame qualitativo sobre os temas das dissertações produzidas nos mestrados profissionais ofertados pela UnB ao seu quadro de servidores TAE, o que conduz ao aprimoramento da gestão pública por meio da detecção de problemas e sugestões de soluções, intermediando a formulação de políticas públicas. Isso finda por gerar benefícios à sociedade e o retorno do investimento nesses cursos.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos relativos: aos impactos causados pelo cancelamento da adesão da UnB ao SISU¹¹ e pela redução dos recursos para o financiamento do programa PNAES; à formação dos docentes que compõem os programas; à abertura do leque da análise dos mestrados profissionais não se restringindo apenas aos servidores da UnB; à análise das futuras produções dissertativas do PPGEMP e dos assuntos abordados nos mestrados acadêmicos; à comparação das temáticas entre as dissertações desenvolvidas em outras universidades federais; à realização de análises quantitativas sobre o retorno do investimento financeiro dos programas de pós-graduação *stricto sensu* profissionais ofertados aos servidores TAE da UnB em turmas exclusivas.

¹¹ Sistema de Seleção Unificada.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Maristela. **Extensão universitária e sua eficácia**: estudo de caso do UnB Idiomas. 2015. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21035>>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 190p.
- ALVES, Emerson Ferreira. **Mapeamento dos graduandos com intenção de participar do programa PNAES na Universidade de Brasília (2011-2016)**. 2017. 91 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24593>>. Acesso em: 6 ago. 2019.
- ARAÚJO, Eduardo de Medeiros. **Influência da escolaridade na educação previdenciária**. 2013. xv, 68 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15391>>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- ARAÚJO, Norma Sueli Jesus de. **Política de capacitação profissional**: um estudo a partir da avaliação do curso de especialização em gestão universitária da Universidade de Brasília. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15009>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- ASSIS, Lilian Bambirra de; PAULA, Ana Paula Paes de. Gestão Social e *Bildung*: reflexões sobre a importância da formação para a democratização no setor público. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 56-108, abr.-jun. 2014. ISSN 2175-5787. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/4547>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- AZEVEDO, Luciana Alves de. **Mensurando e avaliando a eficiência dos gastos nos cursos de graduação da UnB**. 2015. 74 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19992>>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BANDEIRA, Marcos Antônio Dutra. **Modelo de Estado Brasileiro à luz da Constituição de 1988**: Estado liberal ou Estado social? 2013. x, 84 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14270>>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- BARBOSA, Francinilda Oliveira. **Avaliação do sistema imobiliário da FUB como contribuição econômico-financeira para a universidade**. 2015. 71 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19375>>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/421y2S7XN6T30Z93f973.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão estratégica de pessoas no setor público**. São Paulo: Atlas, 2014.

BEÚ, Rivany Borges. **Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação**: aprofundando a questão da Universidade de Brasília. 2015. [170] f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19996>>. Acesso em: 4 set. 2019.

BEZERRA, João Alves. **Gastos públicos com diárias e passagens nas instituições de ensino superior**: uma análise para a Universidade de Brasília. 2015. viii, 59 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18622>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BLOCH, Julio Lobo. **Orçamento público brasileiro**: a tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de transparência e publicação do orçamento-cidadão. 2013. 73 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14162>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

BORBA JUNIOR, Wilson Alves. **Aspectos financeiros e econômicos da pesquisa médica**: a experiência do HUB. 2015. 69 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18625>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

BOYNARD, Katia Maria Silva. **Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade?** lições econômicas para a gestão universitária. 2013. 88 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14753>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 579**, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público e reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios. Rio de Janeiro: RJ, 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.310**, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro: RJ, 1951a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1310.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Decreto nº 29.741**, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Rio de Janeiro: RJ, 1951b. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/norma/452359/publicacao/15802774>>. Acesso em: 09 maio 2019.

_____. **Parecer nº 977**, de 03 de dezembro de 1965. Implantação e desenvolvimento do regime de cursos pós-graduação. Brasília: DF, 1965. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%20977-1965.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2019.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação. I PNPG (1975-1979). **Portal Capes**, 16 abr. 2019. Brasília: DF, 1974. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_28.11.2013/CON1988.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE)**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 5.707**, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: DF, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 5.825**, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília: DF, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5825.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Portaria MP nº 208**, de 25 de julho de 2006. Define os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Brasília: DF, 2006. Disponível em:

<<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=2576>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Reuni**, 25 março 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

_____. **Portaria MEC nº 27**, de 15 de janeiro de 2014. Institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/publicacoes/portaria-mec-no-27-de-15-de-janeiro-de-2014.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Portaria MEC nº 389**, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CAMILO, Edna Leoni da Cunha. **Processo de qualificação como meio de alavancar a renda**: um estudo de caso da Universidade de Brasília. [2013]. 60 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14498/1/2013_EdnaLeoniCunhaCamilo.pdf> Acesso em: 3 dez. 2018.

CAMPOS, Suamir Jorge de Azevedo. **Compras Públicas**: estudo de caso da Universidade de Brasília. 2013. v, 61 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16613>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação. II PNPG (1982-1985). **Portal Capes**, 16 abril 2019. Brasília: DF, 1981. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação. III PNPG (1986-1989). **Portal Capes**, 16 abril 2019. Brasília: DF, 1985. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação. V PNPG (2005-2010). **Portal Capes**, 16 abril 2019. Brasília: DF, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação. VI PNPG (2011-2020). **Portal Capes**, 16 abril 2019. Brasília: DF, 2010. v. I. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

CAPES. História e missão. **Portal Capes**, 9 maio 2019a. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 21 maio 2019.

_____. **Portal Sucupira**. Maio 2019b. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 21 maio 2019.

_____. **Portal Sucupira**. Maio 2019c. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=0&cdRegiao=5&sgUf=DF&ies=339265>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CARVALHO, Kelli Adriane de. **Gestão por processos organizacionais na Universidade de Brasília**: estudo de caso. 2015. 145 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19446>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CARVALHO, Selma Janes Regino. **O papel econômico da biblioteca**: motor ou engrenagem da instituição universidade? 2017. 135 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31048>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COELHO, Vanilda de Oliveira. **Retorno financeiro à educação superior da Universidade de Brasília**: análise a partir dos egressos de graduação. 2017. 61 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24342>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

COSMO, Gilvam Joaquim. **Economias de aglomeração, tamanho de cidades e qualidade da universidade**. 2013. 98 f., il. Dissertação (Mestrado Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14521>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

COSTA, Cláudia Rosana de Araújo. **Ensino Superior**: instrumento de mobilidade econômica? Uma análise da experiência da UnB. 2013. 131 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14662>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

COSTA, Rosita Soares Pereira. **Bolsa Família**: avaliação do impacto do programa sobre a pobreza no Brasil. 2015. xiv, 59 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18731>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

COTA, Gabriela Pereira. **Concessão dos Restaurantes Universitários**: o caso do RU da Universidade de Brasília. 2017. 58 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31960>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, Diego Melo; GUIMARÃES, Maria da Glória Vítório. Avaliação da capacitação profissional na prefeitura de Manaus. **Revista Pensamento Contemporâneo em**

Administração, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 42-59, jul.-set. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4417/441747930005.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DOMINGUES, Márcia de Albuquerque Rosalvos. **Microcrédito produtivo como instrumento de redução da pobreza: uma avaliação da experiência do nordeste brasileiro**. 2015. 96 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20253>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DOURADO JÚNIOR, Aristides Alvares. **Estrutura organizacional: proposta de intervenção na estrutura da Secretaria de Programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília Campus Planaltina**. 2016. 135 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/20031>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

EBSERH. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares**. 2011. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/index.php/sobre-a-rede-ebserh>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FALQUETTO, Alice Maria. **Avaliação da eficiência dos programas de pós-graduação em economia brasileiros contemplados com o Proex e Proap**. 2017. 87 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24571>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

FERREIRA, Magda Carneiro. **Terceirização no setor público: estudo de caso na Fundação Universidade de Brasília**. 2017. 62 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24487>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FERREIRA, Wellington. **A educação pública como setor econômico: uma análise insumo-produto**. 2017. 102 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24730>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FISCHER, Tânia. Proposições sobre educação profissional em nível de pós-graduação para o PNPG 2011-2020. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, 2010. v. 2.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREITAS, Fernando Tarlei de. **Avaliar o impacto da fiscalização de serviços terceirizados na gestão dos gastos públicos na UnB**. 2017. 123 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31097>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

GOMES, Aristóteles Alvim. **Compras sustentáveis e o setor público: aspectos financeiros e econômicos à luz da realidade da Universidade de Brasília (UnB)**. 2017. 82 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31456>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

GONÇALVES, Elizânia de Araújo. **Gastos públicos com a educação superior**: evolução dos gastos federais com a Universidade de Brasília entre 2003 e 2010. 2013. x, 66 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14050>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GREGÓRIO, Luíz Cláudio. **Gestão em saúde pública**: produtividade e eficiência dos hospitais universitários federais. 2017. 158 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25288>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

IRAMUTEQ. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LACERDA, Josiane Auxiliadora. **Capacitação e o perfil dos servidores públicos**: um estudo descritivo de uma Universidade Federal mineira. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Lavras, 2013. Disponível em: <http://prpg.ufla.br/_ppg/admpublica/wp-content/uploads/2015/12/dissertacao_josiane.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LIMA, João Marcus Fernandes. **Expansão universitária, terceirização e investimento**: um estudo na Universidade de Brasília. 2017. 62 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24528>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LIMA, Jorge Rodrigues. **Desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil**. 2015. 41 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20077>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LUCAS, Cleison Fernando. **A universidade como instrumento de geração de emprego e renda**: uma análise da experiência da UnB. 2013. 82 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14297>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MAGALHÃES, Elenice Maria de *et al.* A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 55-86, dez. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6917/5484>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MARQUES, Lussara Ribeiro Vieira. **Avaliação e proposta de indicadores**: a contribuição do ENADE na gestão das bibliotecas universitárias. 2015. 57 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19173>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MATTOS, Annelise Ragone de. **Crédito imobiliário no Brasil e o novo cenário econômico**. 2013. x, 48 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16393>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MELONIO, Antônio Marcos Correia. **Análise de eficiência das IFES no uso de recursos financeiros 2010-2015**. 2017. 79 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24517>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

MENDES, Nara Cristina Ferreira. **A relação entre o perfil educacional e a geração de emprego e renda na economia do Distrito Federal**. 2015. 190 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19691>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRANDA JÚNIOR, Newton da Silva. **Análise de redes sociais: um estudo acerca das mudanças de curso na UnB**. 2017. 101 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23048>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MIRANDA, Nilzith de Souza. **Desempenho de universidades públicas: lições da experiência da UnB no uso de indicadores**. 2013. 101 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14576>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

MOURA, Leandro de. **Estudo sobre a relação entre as receitas e as despesas das universidades públicas federais nos anos de 2012 A 2015**. 2017. 66 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24820>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MOURA, Miguel Salomão de Souza. **Software livre, Economia e Universidade: uma análise dos efeitos econômicos e externalidades associadas no contexto das IFES**. 2017. 121 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31946>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

NASCIMENTO, Paulo Roberto da Silva. **Impactos da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI): estudo de caso da Universidade de Brasília**. 2017. 136 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25314>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

NEPOMUCENO, Luciana Couto. **A eficiência dos programas de pós-graduação em Administração no Brasil**. 2017. 107 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25301>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

NERES, Ivonaldo Vieira. **Comparação do perfil e da situação entre o aluno evadido e o egresso da Faculdade UnB de Planaltina – FUP**. 2015. xi, 93 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19476>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

NIMER, Karinna Kristine Serafim Baby. **Índice de atividade**: caixa como proxy do índice de atividade do comércio. 2012. x, 51 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14924>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

NUNES, Laura Cristina Menezes. **O emprego da teoria agente/principal para definição de modelo de gestão de bens móveis na Universidade de Brasília**. 2015. xvii, 151 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19492>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

OLIVEIRA, Donizetti Ramos de. **Gestão e economia de danos ambientais**: competências, procedimentos e instrumentos em sua apuração. 2015. 83 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18786>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Souza Lopes de. **Reciclagem de papel na UnB**: é possível mudar o comportamento? 2013. xiv, 64 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16718>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Gilmar Castelo Branco de. **A importância do controle interno nas finanças públicas**. 2013. 47 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14036>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

OLIVEIRA, Heverson Cid. **Gastos públicos federais x ensino superior x expansão da Universidade de Brasília – UnB**. 2013. vi, 68 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/13958>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

OLIVEIRA, Max da Costa. **Eficiência do calendário de compras para os processos de licitação**: estudo de caso da Universidade de Brasília. 2015. 133 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18974>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

OLIVEIRA, Renato Pereira Moço de. **Impactos do REUNI na evasão da UnB**. 2018. xiii, 46 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34272>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. **Comunicação organizacional integrada na Universidade de Brasília**: um estudo de caso. 2015. xv, 183 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19418>>. Acesso em: 3 set. 2019.

PAGANOTTO, Juliane Fank. **Gerenciamento de resultado primário no nível federal**: análise dos dividendos pagos por BNDES e CEF ao Tesouro Nacional. 2015. 91 f., il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19227>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PASE, Hemerson Luiz *et al.* As políticas públicas de capacitação dos funcionários públicos no Brasil. **Revista Estado, Gobierno y Gestión Pública**, Chile, n. 29, p. 27-44, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6535794>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PENA GONZÁLEZ, José Carlos. **Avaliação de desempenho das Instituições de Ensino Superior em múltiplos estágios utilizando Network DEA e o índice de Malmquist**. 2017. 116 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24478>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PINTO, Luis Fernando de Paula. **Eficiência técnica e econômica: evidências de conflitos na análise da infraestrutura física da Universidade de Brasília (UnB)**. 2013. 99 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16706>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

POCHMANN, Marcio. A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ucesal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/256>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PORTELA, Luiz Henrique da Silva. **A interação universidade empresa na UnB: um estudo de caso**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19078>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

POUPART *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

QUEIROZ, Mendel de Almeida. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade de Brasília**. 2015. xiv, 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18619>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboração Dietmar Klaus Pfeiffer. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Renan Mendes. **Desalinhamento entre a lei de licitações e contratos administrativos e a realidade das compras governamentais no estado gerencial: um estudo de caso**. 2015. 89 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19993>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

RODRIGUES, Camila Assunção. **Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros**. 2015. xi, 51 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18747>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

- RODRIGUES, Rafael Nunes. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma percepção por meio da dispersão geográfica dos ingressantes à UnB.** 2017. 102 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24523>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- SALES, Roger Ramos. **Concentração bancária no Brasil: um estudo sobre a rentabilidade dos 5 maiores bancos.** 2013. xii, 42 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16908>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- SAMARCOS NETO, Wilson Ramos. **Educação e renda: um estudo comparativo sobre os retornos de escolaridade no Estado de Goiás e no Distrito Federal.** 2013. vi, 43 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15147>>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- SANTOS, Fernando Soares dos. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior – IFES: um estudo da Universidade de Brasília – UnB.** 2013. xii, 69 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14141>>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- SANTOS, Rogério Luiz Alves dos. **20 anos depois do Plano MARE: a trajetória da política de capacitação da universidade de Brasília.** 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.gestaopublica.unb.br/images/Resumos2015/2015_RogérioLuizAlvesSantos.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.
- SANTOS, Tiago Mota dos. **Qualidade do gasto no setor público: um estudo na Fundação Universidade de Brasília.** 2015. xii, 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18987>>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- SARDINHA, Thiago Ferreira. **Análise da eficiência das contratações nas instituições federais de ensino.** 2017. 50 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24830>>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- SILVA, Ana Rachel Gomes da. **Gestão das universidades federais brasileiras: um estudo sobre a eficiência do ensino superior no Brasil.** 2015. 60 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20806>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

- SILVA, Joelder Alves da. **Gestão dos gastos públicos: impacto dos custos invisíveis para as despesas orçamentárias da UnB.** 2015. 73 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19000>>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- SILVA, José Geraldo Ribeiro da. **Importação de tecnologia para instituições de ensino superior: o estudo da Universidade de Brasília.** 2013. x, 79 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14512>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- SILVA, José Sinval Mascarenhas da. **Gestão dos resíduos sólidos no HUB: evolução ou involução?** 2015. 98 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18808>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- SILVA, Pedro Vieira da. **Avaliação e importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília – UnB.** 2016. xiv, 84 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19866>>. Acesso em: 1 set. 2019.
- SILVA, Wanderley da. **A capacitação de técnico-administrativos no mestrado profissional em economia: uma análise da experiência da Universidade de Brasília (UnB).** 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24553>>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- SOARES, Humberto. **Uma avaliação do desempenho da pós-graduação das universidades federais com uso de metodologias DEA.** 2017. 314 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24817>>. Acesso em: 9 ago. 2019.
- SOARES, Katlen Dayane Alves. **Instituição de Ensino Superior: expansão horizontal ou vertical? Racionalidade econômica de novos Campi – lições da experiência da UnB.** 2017. 98 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24639>>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- SOUSA, Priscilla Kettilyn Rosa de França. **A Comissão de Ética como prática educativa: o caso da Universidade de Brasília.** 2015. 221 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19866>>. Acesso em: 2 set. 2019.
- SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB.** 2015. 86 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18670>>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- STILLMAN II, Richard. Profissionalismo público em uma era de transformações radicais: seu significado, desafios e treinamento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 917-926, dez. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000600917&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TEIXEIRA, Marta Emília. **O impacto do REUNI sobre a gestão administrativa e financeira da Universidade de Brasília**. 2013. xiii, 81 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14264>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Gestão de Pessoas. **Plano Anual de Capacitação 2019**. Brasília: Secretaria de Comunicação, 2019a. 30p. Disponível em: <<http://www.capacitacao.unb.br/images/PAC%20DIAGRAMADO%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Decanato de Gestão de Pessoas. Servidor. **Capacitação**. Brasília, 2019b. Disponível em:

<http://www.capacitacao.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445&Itemid=405>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. **Decanato de Pós-Graduação/DPG**. Disponível em:

<http://www.dpg.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=527&Itemid=422?menu=440>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. **Departamento de Economia/FACE**. Disponível em:

<<http://www.economia.unb.br/mestrado-profissionalizante>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. **Faculdade de Educação/FE**. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=727&Itemid=1697>. Acesso em: 07 jun. 2019.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública/FUP**. Disponível em:

<http://www.gestaopublica.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=294&Itemid=1455>. Acesso em: 06 jun. 2019.

VARGAS, Luana Cristina de Melo. **Economia Institucional: uma análise sobre os custos de transação no Brasil**. 2015. xi, 51 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19331>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANA, Wladimir Furuhashi. **Sistema CAPES de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*: um estudo de caso da área de Administração Pública no Brasil**. [2018]. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32271/1/2018_WladimirFuruhashiViana.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

VIEIRA, Denise de Sousa. **Avaliação tecnológica e incorporação de equipamentos médicos nos hospitais de ensino: uma experiência no Hospital Universitário de Brasília** –

HUB. 2015. 106 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18682>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

VILLELA, Jorge Antônio. **Eficiência universitária**: uma avaliação por meio de Análise Envoltória de Dados. 2017. 81 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25233>>. Acesso em: 11 ago. 2019.